



Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Planejamento

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018

Macapá – AP
Março/2019



Governo do Estado do Amapá

Secretaria de Planejamento

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 112, § 2º, da Constituição do Estado do Amapá, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCE/AP nº 01/2017, da Decisão Normativa TCE/AP nº 007 e 008/2018.

ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Macapá-AP
Março/2019

Sumário

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE FIGURAS	8
Introdução.....	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE	11
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.2 Finalidade e competências institucionais.	11
1.3 Apresentação do organograma funcional	23
1.4. Identificação dos ordenadores de despesa	25
1.5. Principais funções finalísticas	26
1.6. Principais Parceiros	27
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.....	27
2.1. Informações sobre o planejamento estratégico da unidade	27
2.2 Informações sobre as estratégias adotadas.....	29
2.3 Demonstração da execução do plano de metas ou de ações.....	30
2.4 Informações sobre indicadores utilizados.....	32
2.5. Indicação de sítio eletrônico.....	32
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	32
3.1 Governança.....	32
3.2 Controle Interno.....	32
3.3 Informações sobre remuneração.....	32
3.4. Informações sobre a estrutura e atividade do sistema	33
3.5 Informações quanto ao cumprimento da ordem Cronológica de Pagamento.....	34
3.6 Informações da Publicação da ordem Cronológica de Pagamento.....	44
3.7. Informações sobre indicadores de transparência.....	44
3.8 Informações sobre a implantação do SIGA.....	45
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	45

4.1 Relação dos programas.....	45
4.2 Relações da Ações da LOA.....	51
4.3. Demonstração e análise d na execução orçamentária e financeira	55
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	61
5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos	61
5.2. Informações sobre os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	61
5.3 Transferências de recursos.....	62
5.4 informações sobre a utilização de suprimentos de fundos e contas bancárias.....	62
5.5 Informações sobre gestão de precatórios.....	63
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA	63
6.1 Informação sobre estrutura de pessoal	63
6.2 Terceirização de mão de obra e quadro de estagiários	67
6.3 Informações sobre a necessidade de realização de concurso público	67
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	68
7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos	68
7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio	68
7.3. Relação de prédio	68
7.4. Relação de controle de aquisição dos bens patrimoniais.....	69
7.5. Relação de bens de natureza permanente.....	69
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO	70
8.1 Informações sobre a gestão da tecnologia da informação	70
9. GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	74
9.1. Informações quanto à adoção de critérios.	74
9.2. Informações sobre medidas adotadas para redução de consumo próprio.....	74
9.3. Informações quanto ao cumprimento de Plano de Gerenciamento d (Lei 12.305/10)	75
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	75
10.1 Cumprimento das Deliberações de controle interno e externo.....	75
10.2 Controle interno.....	75

10.3 Atendimento à Lei Complementar 010/1995 (art. 97)	75
10.4 Procedimentos licitatórios atualizados	76
10.5 Contratos e Convênios.....	79
10.6. Relação de Obras e serviços de engenharia.....	84
10.7. Indicação de sítio eletrônico oficial	84
10.8. Informações sobre a constituição das comissões permanentes e especiais de licitação.....	84
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	84
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	86
12.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade	86
13. ANÁLISE CRÍTICA, DESTACANDO PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	86
14. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	87
15. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ESCLARECENDO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA REDUZIR OS IMPACTOS NAS CONTAS ESTADUAIS.....	88
16. AÇÕES PROMOVIDAS PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, RACIONALIZAÇÃO DOS GASTOS E MONITORAMENTO DA REGULARIDADE DO ESTADO.	89
17. ESTATÍSTICAS E INDICADORES QUE DEMONSTREM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ.	90
18. INFORMAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS PODERES E ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO; INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE: FASES DE IMPLEMENTAÇÃO, MEDIDAS PARA RESGUARDAR A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E A INDEPENDÊNCIA DOS PODERES; ATENDIMENTO DO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE (Decreto Federal 7.185/2010).	91
Resultados e Conclusões	92

LISTA DE SIGLAS

ADINS – Assessoria de Desenvolvimento Institucional
AEA – Anuário Estatístico do Amapá
AFAP – Agência de Fomento do Amapá
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CADIN – Cadastro de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CAUC – Cadastro Único de Convenientes
CFX – Software Comercial
CGE – Controladoria Geral do Estado
CGO – Coordenadoria de Gestão Orçamentária
CGEO -2º Centro de Geoinformação
CMG – Coordenadoria de Modernização da Gestão
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COPESEF – Coordenadoria de Pesquisa e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU – Diário Oficial da União
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços
GEA – Governo do Estado do Amapá
GECAP – Gerenciamento de Capitação de Recursos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Índice de Custo de Vida
IPC – Índice de Preço ao Consumidor
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOGUS – Sistemas de Gestão Pública Ltda
LOA – Lei Orçamentária Anual
NAF – Núcleo de Administração Financeira
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
ONG – Organização não Governamental
PAT – Plano Anual de Trabalho
PGE – Procuradoria Geral do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
POF – Pesquisas de Orçamentos Familiares
PPA – Plano Plurianual
PRODAP – Centro de Processamento de Dados do Amapá
RGF – Relatório de Gestão Fiscal
RH – Recursos Humanos
RREO – Relatório de Execução Orçamentária
SEAD – Secretaria de Estado de Administração
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento
SIAF – Sistema Integrado de Administração Financeira Federal
SICONV – Sistema Integrado de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse Federal
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIPLAG – Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão
 STCP – Engenharia de Projeto Ltda
 STN – Secretaria do Tesouro Nacional
 TCE- Tribunal de Contas do Estado do Amapá
 TI – Tecnologia da Informação
 UO – Unidade Orçamentária
 UJ – Unidade Jurisdicionada
 WEB – Rede Mundial de Computadores
 WI-FI – Wireless Fidelity (Fidelidade sem fio)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da SEPLAN
 Quadro 2 – Composição e Competências das Unidades
 Quadro 3 – Titulares e Cargos da Unidade Jurisdicionada
 Quadro 4 – Ordem Cronológica de Pagamento
 Quadro 5 – Programação Orçamentária
 Quadro 6 – Execução Orçamentária e Financeira
 Quadro 7 – Contingenciamento por Natureza de Despesa
 Quadro 8 – Restos a Pagar por Programa
 Quadro 9 – Função, Subfunção e Programa de vinculação da Ação
 Quadro 10 – Restos a Pagar por Ação
 Quadro 11 – Programação de Despesa
 Quadro 12 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
 Quadro 13 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
 Quadro 14 – Execução das Despesas por Modalidade de Licitação e Elementos de Despesa
 Quadro 15 – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores
 Quadro 16 – Demonstrativo dos Encargos com Sentenças Judiciais/Precatórios
 Quadro 17 – Demonstrativo de Locação de Mão de Obra
 Quadro 18 – Planejamento da Área
 Quadro 19 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos
 Quadro 20 – Sistemas em funcionamento na SEPLAN
 Quadro 21 – Desenvolvimento e Produção de Sistemas na SEPLAN ou de sua responsabilidade
 Quadro 22 – Relação das Dispensas e Inexigibilidade
 Quadro 23 – Relação de Contratos e Termos Aditivos
 Quadro 24 – Relação de Convênios

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo sobre a Execução Orçamentária e Financeira
 Tabela 2 – Metas e Desempenho Físicos e Financeiros
 Tabela 3 – Força de Trabalho da Unidade
 Tabela 4 – Faixa Etária
 Tabela 5 – Quantitativo de Servidores por Nível de Escolaridade
 Tabela 6 – Detalhamento Mensal de Custos dos Recursos Humanos

Tabela 7 – Consumo de Combustível

Tabela 8 – Frota de Veículos Automotores

Tabela 9 – Aquisição dos Bens Patrimoniais

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma – Estrutura Funcional da SEPLAN

Figura 2 – Mapa do Planejamento Estratégico

Figura 3 – Eixos de Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão integra o processo de prestação de contas do exercício 2018, por meio do qual a Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) exibirá um panorama acerca de sua gestão, incluindo aspectos de seu planejamento, principais programas e ações desenvolvidos acerca de sua gestão, os resultados alcançados, bem como as informações da execução financeira e orçamentária dos recursos sob sua administração.

Importante registrar os fatos e conjunturas que afetaram a gestão, norteados algumas das ações da Secretaria de Planejamento no exercício 2018.

O Sistema de Planejamento Estadual, coordenado pela SEPLAN, cumpriu sua missão institucional em 2018, compatibilizou o Sistema Estadual de Planejamento com o Federal e definiu as diretrizes e a sistemática de elaboração e execução de planos, programas e projetos governamentais.

Promoveu estudos de interesse da política de desenvolvimento do Estado e viabilizou fontes de financiamento pela captação de recursos. Exerceu também a atividade de orientação normativa e metodológica aos Órgãos e Entidades do Estado. Orientou os Órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos anuais e procedeu à análise crítica e a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Como relevância na captação de recursos e trabalho de parceria, o Governo do Estado do Amapá tem tratado com responsabilidade seus compromissos.

A SEPLAN no exercício de 2018, vem se empenhando em desenvolver um modelo de gestão pública para alinhar planejamento e orçamento. A dinâmica vem sendo aperfeiçoada para o quadriênio do Plano Plurianual e serão contempladas nas ações estratégicas no PPA e o acompanhamento no SIPLAG (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão).

Foi realizado treinamento para monitorar indicadores de avaliação das ações estratégicas do governo. O Sistema trata-se apenas aspectos orçamentários e financeiros, vinculados à LOA, LDO e PPA.

O Amapá tem a Base Cartográfica mais moderna do Brasil, com isso nós temos condições de fazer uma Regularização Fundiária e o georreferenciamento sem conflitos. Considerando que temos áreas quilombolas e indígenas que abrange uma parte importante de terra amapaense.

Outra ferramenta que deve auxiliar todo esse trabalho é a Rede Geodésica entre os governos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de um convênio celebrado com a SEPLAN e interveniência da SEMA com duração de cinco anos.

Uma das iniciativas foi a criação do Programa Tesouro Verde, que cria créditos de natureza jurídica, vinculadas às riquezas florestais do Estado. Para que o Tesouro Verde torne uma nova fonte de receita compensatória gerando a partir da preservação das florestas. Essa iniciativa foi considerada pela SEPLAN uma forma de minimizar os efeitos da crise econômica dos últimos anos.

Outra ação considerada prioritária em 2018 foi a discussão em torno da questão Fundiária do Estado com vista a assinatura de convênio com o Exército Brasileiro, além de ressaltar que a SEPLAN desenvolveu uma versão eletrônica e denominada de Sistema de Gestão de Projetos. Uma nova ferramenta que faz a Interface inicial da necessidade dos Estados dentro dos Eixos definidos no PPA, com isso evitando perda de recursos.

Temos que destacar, o Fórum Interestadual de Regularidade Fiscal que foi sediado em Macapá e organizado pela SEPLAN. O objetivo do Fórum foi convergir estratégias entre os Estados, União e Municípios que possibilitem a resolução de pendências impeditivas à captação de Recursos Federais

e execução de convênios. A inadimplência inviabiliza também o recebimento de Transferências Voluntárias da União e de Operação de Crédito.

O Sistema passará a ser alimentado também com informações dos indicadores pelos técnicos da secretaria. No início foram treinados técnicos das secretarias de Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública, as maiores secretarias de governo.

A SEPLAN identificou condições necessárias à criação de ambiente favorável a produção, ao desenvolvimento e os negócios no Amapá, tais como: Zoneamento Ecológico Econômico-ZEE, Regularização Fundiária, Licenciamento Ambiental, Defesa Sanitária, Transferência de Tecnologia, Assistência Técnica e a Produção e a melhoria ao Sistema Único.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 – Identificação da SEPLAN

Poder	Executivo	
Órgão de Vinculação ou supervisão	-	
Nome completo	Secretaria de Estado do Planejamento	
Denominação abreviada	SEPLAN	
Código na LOA	15101	
Código no SIPLAG	150101	
Situação Operacional	Ativa	
Natureza Jurídica	Administração Direta	CNPJ: 04.355.075/0001-46
Principal atividade	Coordenar o Planejamento, monitorar e avaliar as políticas públicas, controlar a execução orçamentária, promover a modernização administrativa do Estado, racionalizar os gastos e monitorar a regularidade do Estado, produzir estatística e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental, e outras atribuições correlatas conforme regulamento.	
Telefones de contato	(96)2101-4607 / 2101-4609	
Endereço Postal	Av. FAB, 0083 – Central – CEP 68.906-360	
Endereço Eletrônico	seplan@ap.gov.br	
Página na internet	www.seplan.ap.gov.br	
Normas de criação	Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013	
Normas relacionadas à gestão e estrutura	Decreto nº 5695, de 23 de dezembro de 2015	
Publicações das atividades	PPA –PAT - LDO – LOA – IPC – POF – PIB – AEA	
Manuais e Publicações	Manual para de Elaboração de Regulamento e Estatuto e Manual Técnico Orçamentário	

1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais, decretos e demais normas regulamentares e regimentais, identificando cada instância normativa.

A Secretaria de Estado do Planejamento tem como base legal a Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013, que alterou dispositivos da Lei nº 0811, de 20 de fevereiro de 2004, relativos à denominação, finalidade e à estrutura organizacional e de cargos da Secretaria e o Decreto nº 5.695 de 22 de dezembro de 2015, que regulamenta a Secretaria de Estado do Planejamento e dá outras providências.

Finalidade: Definida pelo Art. 4º da Lei 1.774, de 17 de outubro de 2013, que altera, entre outros, o Artigo 35 da Lei nº 0811, de 20 de fevereiro de 2004.

Art. 35 - A Secretaria de Estado do Planejamento tem por finalidade, coordenar o planejamento, monitorar e avaliar os resultados das políticas públicas estaduais, controlar a execução orçamentária, promover a modernização administrativa do Estado, a racionalização dos gastos, monitoramento da regularidade do Estado, produzir estatísticas e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental, e exercer outras atribuições correlatas na forma do regulamento.

Quadro 2 – Composição e Competências das Unidades

UNIDADES/SUBUNIDADES	COMPETÊNCIAS
1 - Unidade de Deliberação Superior	Desenvolver a coordenação estratégica da unidade
II - Unidades de Assessoramento	
2. Gabinete – GAB	I – Distribuir, orientar, dirigir e controlar os trabalhos do Gabinete; II – supervisionar o recebimento, a redação, a tramitação, a expedição, o controle da correspondência oficial do Gabinete, bem como a organização, a manutenção e a atualização do arquivo de correspondências; III – preparar e avaliar a agenda diária do Secretário e coordenar o roteiro de suas audiências; IV – promover contatos com entidades públicas e privadas e esclarecer sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria; V – exercer a supervisão sobre o controle dos processos e atos administrativos; VI – dar encaminhamento, transmitir ordens e mensagens, emanadas do Secretário, bem como divulgar atos, portarias, circulares, ordens de serviço e instruções baixadas pelo Secretário; VII – executar em conjunto com o órgão central de comunicação do governo, as estratégias de comunicação com o público interno e externo, assessorando a instituição junto aos órgãos de imprensa; VIII – acompanhar as matérias de interesse da Secretaria divulgadas nos meios de comunicação e organizá-las em arquivo; IX – coordenar a promoção de eventos e organizá-las, elaborando as apresentações institucionais a serem realizadas pelo Secretário, nos diversos eventos; X – desempenhar quaisquer outras tarefas ou atribuições, que direta ou indiretamente, concorram para a regularidade e eficiência dos serviços do Gabinete.
3. Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADINS	Coordenar e consolidar o planejamento, a elaboração da proposta orçamentária, o controle orçamentário, a modernização da gestão, o uso de tecnologia da informação e promover o desenvolvimento de competências e habilidades das pessoas no âmbito da Secretaria e: I – observar e fazer cumprir as diretrizes e metodologias estabelecidas pela Secretaria de Planejamento; II – desenvolver programas, coordenar projetos e equipes na implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento dos processos, disseminando os conceitos de gestão por resultados e a aplicação de tecnologias inovadoras necessárias à eficiência e à eficácia da administração; III – articular parcerias com órgãos e instituições para compartilhar informações, experiências, conhecimento, participando de grupos de interesse da Secretaria; IV – prestar assessoramento técnico às demais unidades da Secretaria na elaboração e na execução dos planos e atividades; V – coordenar a elaboração de relatórios trimestrais, relatório anual de atividades e regulamentos da Secretaria; VI – coletar, tratar e fornecer ao órgão central do Sistema de Planejamento, as informações necessárias à composição das estatísticas estaduais; VII – gerar informações gerenciais para subsidiar o processo decisório da Secretaria;

	VIII – promover a utilização de novos modelos, métodos e técnicas de gestão, objetivando o aperfeiçoamento da administração da Secretaria, buscando a efetividade das ações governamentais e a qualidade dos serviços prestados; IX – elaborar estudos e fornecer informações à Secretaria de Estado da Administração, necessários à formulação da política de recursos humanos; X – promover o desenvolvimento dos servidores, priorizando e identificando oportunidades de capacitação e qualificação, articulando a execução com a Escola de Administração Pública do Amapá; XI – promover estudos, pesquisas, avaliação e difusão de novas tecnologias da informação, propor especificações técnicas e definir necessidades de alocação de recursos tecnológicos de acordo com as diretrizes da área de TI do Estado; XII – contribuir com a produção de sistemas informatizados e solicitar os suportes aos softwares utilizados pela Secretaria; XIII – participar da racionalização e da automação dos processos, da inserção de novas tecnologias, da documentação de sistemas e da elaboração de manuais de procedimentos; XIV – dar suporte aos usuários e providenciar a manutenção dos sistemas informatizados; XV – propor critérios de implementação para auditoria de sistemas informatizados e definir mecanismos de controle de qualidade dos sistemas informatizados e infraestrutura de TI no Estado; XVI – propor estratégias e procedimentos necessários à otimização de recursos públicos utilizados pela Secretaria, para o cumprimento de sua missão e melhoria dos serviços prestados; XVII – executar o acompanhamento e controle orçamentário; XVIII – responsabilizar-se pelo planejamento e pela elaboração da proposta orçamentária da Secretaria; XIX – formular política, em conjunto com a Escola de Administração Pública do Amapá, para a formação sistemática e continuada de recursos humanos nas áreas de atuação da Secretaria; XX – propor estratégias e procedimentos necessários à otimização dos recursos públicos utilizados pela Secretaria, de forma a alcançar níveis mais elevados de eficiência e eficácia para o cumprimento de sua missão e melhoria dos serviços postos à disposição da sociedade.
4. Comissão Permanente de Licitação – CPL	I – Elaborar e manter atualizado o cadastro de fornecedores, a fim de oferecer maior opção no processo de seleção; II – realizar através de processo licitatório, compras e prestação de serviços em estrito cumprimento à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública; III – realizar periodicamente pesquisa de preços, com vistas a adotar na administração pública, melhores procedimentos para aquisição de bens e serviços; IV – cumprir e fazer cumprir a demais exigências constantes da Legislação pertinente à matéria; V – conduzir os procedimentos licitatórios, após a fase preparatória, visando ao alcance do interesse público pretendido com a licitação; VI – executar todos os tipos de modalidades de licitação, para a aquisição de bens e serviços comuns e alienações; VII – organizar e processar a montagem dos processos de licitação; VIII – elaborar editais e extratos para publicações relativas às licitações; IX – responder os questionamentos referentes aos processos licitatórios;

	X – manter quadro demonstrativo atualizado das licitações realizadas e em andamento, disponibilizando-o <i>on-line</i>; XI – elaborar relatório de usas atividades.
III – Unidades de Execução Programática	
5. Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado – CMG	- Elaborar programas e projetos de modernização da gestão através da implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento de estruturas organizacionais, processos e desenvolvimento de pessoas visando à efetividade, à eficiência e à eficácia da Administração Pública Estadual.
5.1. Núcleo da Inovação da Gestão	I- orientar na elaboração e atualização de regulamentos e estatutos dos órgãos e entidades do Poder Executivo; II – realizar estudos técnicos e emitir parecer sobre proposta de criação, extinção, fusão, organização, reorganização, expansão e incorporação de unidades e órgãos da administração pública do Governo do Estado; III – organizar, manter e atualizar cadastro da legislação e demais atos normativos relativos à estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado; IV – assessorar na elaboração de ante projeto de lei de estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo; V – analisar e emitir parecer técnico sobre leis e decretos de estrutura organizacional dos órgãos e entidades do Poder Executivo.
5.2. Núcleo de Processos Organizacionais	I – pesquisar, desenvolver novas metodologias relacionadas a processos organizacionais; II – orientar as instituições quando da elaboração e do gerenciamento de projetos de processos organizacionais; III – orientar as instituições quanto à utilização de métodos e técnicas no aperfeiçoamento dos processos; IV – promover, em parceria com as instituições, projetos de melhorias de processos, ambientes e atendimento; V – promover sistematicamente a análise e racionalização dos processos de gestão do Estado do Amapá; VI – orientar a padronização dos processos; VII – acompanhar o quantitativo dos cargos comissionados e os respectivos valores, para subsidiar análises das propostas de estruturas organizacionais do Poder Executivo.
5.3., Núcleo de Gestão do Desenvolvimento de Pessoas	I – identificar em conjunto com os setoriais de planejamento, as necessidades de treinamento, capacitação e desenvolvimento para sua equipe nas áreas de planejamento, orçamento, modernização administrativa e informação; II – elaborar o plano de capacitação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, nas áreas de planejamento, orçamento, modernização administrativa e informação para os setoriais de planejamento do Poder Executivo, em parceria com a Escola de Administração Pública do Amapá; III – avaliar as sugestões nas avaliações das ações de formação dos servidores dos setoriais de planejamento do Poder Executivo para subsidiar novos planos de capacitação. IV – Realizar diagnóstico junto aos Setoriais de Planejamento das Instituições do Poder executivo, com o objetivo de identificar ameaças e oportunidades relacionadas às atividades de planejamento, orçamento, informações estatísticas e de modernização, propondo orientações para melhoria das atividades.

6. Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais – COPESEF	- Produzir e divulgar estatísticas e indicadores consolidados de forma a atender estudos socioeconômicos sobre o Estado e assessorar os tomadores de decisão para que a políticas públicas alcancem o interesse da função do Estado, através do instrumento de planejamento.
6.1. Núcleo de Análises Socioeconômicas e Fiscais	I – elaborar, orientar e acompanhar a construção de indicadores voltados ao planejamento do Estado e a execução de suas políticas públicas; II – subsidiar o Estado com diagnósticos, estudos de cenários macroeconômicos e informações setoriais e espaciais da economia em nível local, regional e nacional; III – produzir estatísticas sobre os setores e agregados macroeconômicos através da Contabilidade Social Regional e dos Municípios; IV – elaborar e consolidar estudos tributários e de riscos fiscais para nortear regulamentos e leis de interesse do governo do Estado; V – acompanhar as estatísticas fiscais do Estado e assessorar no cálculo de índices econômicos e fiscais para atender o interesse do Estado.
6.2. Núcleo de Estatística	I – realizar o tratamento das informações para produção de estudos e pesquisas secundárias nos âmbitos social, econômico, emprego e renda, ciência e tecnologia, infraestrutura básica, urbana e meio ambiente, organizando-as para divulgações periódicas, formando um acervo documental estatístico. II – coletar e organizar estatísticas produzidas pelas instituições oficiais do governo e das demais instituições que gerem informações estatísticas nas diversas áreas de conhecimento e das políticas públicas de interesse do Estado; III – fazer a gestão das informações estatísticas produzidas pelos órgãos de Governo com referenciais espaciais, mediante o uso de ferramentas de tecnologia apropriadas.
6.3. Núcleo de Informação e Divulgação	I – produzir pesquisas primárias de temáticas socioeconômicas atendendo o interesse do Estado para decisão de políticas públicas; II – acompanhar mensalmente a variação de preços no Estado, em especial na cidade de Macapá, produzindo indicadores de política econômica, assim como, realizar pesquisas que tenham interesses sobre a economia do Estado; III – fazer o atendimento sobre informações estatísticas, de indicadores do Estado e material produzidos na COPESEF; IV – controlar e normatizar os diversos materiais estatísticos produzidos pela COPESEF, seguindo as etapas necessárias que possa ter o registro da produção intelectual até a sua publicação, com isso manter um acervo bibliográfico sobre as estatísticas socioeconômicas do Estado.
7. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN	- Coordenar o processo de elaboração do Plano de Governo, de Políticas Públicas, do Plano Plurianual, dos Programas Governamentais e do Relatório Anual de Atividades, em conjunto com os órgãos estaduais, além de acompanhar e monitorar a execução das ações governamentais, avaliando os impactos físicos e qualitativos e a promoção do fortalecimento e desenvolvimento municipal.
7.1. Núcleo de Apoio aos Municípios	I – programar, coordenar e controlar a execução de atividades pertinentes à cooperação e assessoramento técnico às prefeituras municipais; II – prestar assistência às instituições municipais na elaboração de planos, programas e projetos, compatibilizando-os com as diretrizes estabelecidas para o desenvolvimento do Estado, de acordo com as normas do Sistema de Planejamento Estadual;

	III – programar, coordenar e fiscalizar a execução das ações governamentais para a municipalização, sistematizando estudos e análises que visem a sua implementação; IV – coordenar a divulgação de programas, projetos e atividades do Governo Estadual voltadas ao Desenvolvimento Municipal.
7.2. Núcleo de Formulação de Acompanhamento dos Programas e Projetos Sociais	I – coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II – conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III – desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV – acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V – definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI – coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.
7.3. Núcleo de Formulação de Acompanhamento dos Programas e Projetos Econômicos	I – coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II – conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III – desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV – acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V – definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI – coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.

7.4. Núcleo de Formulação de Acompanhamento dos Programas e Projetos de Infraestrutura	I – coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II – conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III – desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV – acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V – definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI – coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.
7.5. Núcleo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas e Programas de Governo	I - coordenar o processo de planejamento para efetividade das ações do Governo, orientando as áreas de planejamento das demais Instituições do Estado; II – conduzir o processo de formulação de políticas públicas estaduais, nos níveis regional, local e setorial, acompanhando e monitorando a execução e a operacionalização e propondo medidas corretivas e os direcionamentos necessários; III – desenvolver métodos e técnicas de planejamento, padronizar a aplicação nos diversos órgãos e normatizar os procedimentos no sistema de planejamento governamental, fornecendo assessoria na estruturação de propostas e metodologias de acompanhamento, controle e gestão de resultados; IV – acompanhar a execução dos Planos de Ação do Governo, em nível de programas e projetos e avaliar com o apoio da Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais, os seus impactos econômicos, sociais e ambientais; V – definir, mensurar e avaliar Modelo de Indicadores de Desempenho, que permitam a visualização dos resultados obtidos pelo Governo do Estado do Amapá, bem como indiquem o nível de desenvolvimento econômico e social resultante; VI – coordenar e gerir os processos de elaboração e de acompanhamento físico-financeiro e avaliação da execução dos planos, programas, projetos, analisando os resultados em função das metas estabelecidas, buscando a efetividade na aplicação dos recursos estaduais.
8. Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado – CMRE	- Coordenar e monitorar a situação de regularidade do Poder Executivo e demais poderes relacionados à Comprovação de Adimplência Financeira, Comprovação de Adimplência na Prestação de Contas de Convênios, Comprovação quanta ao Atendimento do Cumprimento das Obrigações de Transparência e Comprovação da Adimplência da Obrigações

	Constitucionais decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal visando evitar a negatização do governo, através de seu CNPJ e/ou demais CNPJS, junto ao Cadastro Único de Convenientes – CAUC/SIAFI, assim como monitorar, em conjunto com as instituições concedentes de recursos, convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios e, Organizações não Governamentais.
8.1. Núcleo de Monitoramento da Regularidade Fiscal do Governo	I – disponibilizar documentação institucional necessária à celebração de convênios, em consonância com o que estabelece a Instrução Normativa nº. 01/97 – STN, Portaria 507/2011 e leis complementares; II – monitorar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos, situação de Adimplência Financeira do Poder Executivo e Demais Poderes, referentes à Pagamento de Empréstimos e Financiamentos, Cadastro de Créditos não Quitados – CADIN, Tributos Federais e Dívida Ativa da União, Contribuições Previdenciárias e Contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS ; III – monitorar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos a Comprovação de Adimplência das Obrigações Constitucionais relacionadas à regularidade quanto a regularidade previdenciária e às aplicações constitucionais na área da educação e saúde; IV – monitorar, junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistemas Específicos, o cumprimento das Obrigações de Transparência referentes a Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, Publicação do Relatório de Execução Orçamentária – RREO e Encaminhamento das Contas Anuais.
8.2. Núcleo de Monitoramento de Convênios com os Municípios e ONG's	I – monitorar, através Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG/Módulo Convênios, a execução de convênios celebrados entre o governo do Estado com municípios e Organizações Não Governamentais; II – acompanhar, através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG/Módulo Convênios a vigência de convênios com os municípios e Organizações Não Governamentais; III – acompanhar, através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG/Módulo Convênios, a elaboração da prestação de contas de convênios celebrados entre o governo do Estado municípios e Organizações Não Governamentais; IV – acompanhar através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG o desembolso de contrapartida de convênios e contratos de repasse celebrados com os municípios; V – orientar os municípios e Organizações Não Governamentais quanto à aplicação da legislação específica de convênios; VI – efetuar análise documental dos pedidos de parcerias com o Governo do Estado, a fim de habilitar os Municípios ao processo de captação de recursos.
8.3. Núcleo de Monitoramento de Convênios e Contratos de Repasse com a União	I – monitorar junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI, a Adimplência na Prestação de Contas de Convênios; II – monitorar, através do Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse Federal – SICONV, Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG, em articulação com os demais órgãos, a execução de convênios e contratos de repasse celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal;

	III – acompanhar, através do Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse Federal – SICONV, Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG, em articulação com os demais órgãos, vigência de convênios e contratos de repasse; IV – acompanhar, através do Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse Federal – SICONV e Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG, em articulação com os demais órgãos, a elaboração de prestação de contas de convênios celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal; V – acompanhar através do Sistema Integrado de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse Federal – SICONV, Sistema Integrado de Administração Financeira Federal – SIAFI e Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG o ingresso de recursos de convênios e contratos de repasse celebrados com a União; VI – acompanhar através do Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG o desembolso de contrapartida de convênios e contratos de repasse celebrados com a União; VII – orientar os órgãos de governo quanto à aplicação da legislação específica de convênios; VIII – acompanhar, em articulação com os demais órgãos, a elaboração de prestação de contas e atendimento tempestivo de diligências de convênios celebrados entre o governo do Estado e o governo Federal, com vigências encerradas.
9. Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO	- Programar, coordenar, orientar e executar as atividades de orçamento do Estado, observando a legislação específica.
9.1. Núcleo da Área Social	I – analisar e compatibilizar as propostas orçamentárias dos Poderes e dos Órgãos da administração direta e indireta do Estado; II – orientar, coordenar e supervisionar, tecnicamente, os órgãos setoriais de orçamento; III – consolidar os orçamentos do Estado (Fiscal, Seguridade Social e de Investimentos); IV – realizar a liberação de quotas orçamentárias para todos os órgãos da administração estadual; e V – monitorar, avaliar e emitir relatórios trimestrais de acompanhamentos das cotas.
9.2. Núcleo da Área Econômica	I – analisar e compatibilizar as propostas orçamentárias dos Poderes e dos Órgãos da administração direta e indireta do Estado; II – orientar, coordenar e supervisionar, tecnicamente, os órgãos setoriais de orçamento; III – consolidar os orçamentos do Estado (Fiscal, Seguridade Social e de Investimentos); IV – realizar a liberação de quotas orçamentárias para todos os órgãos da administração estadual; e V – monitorar, avaliar e emitir relatórios trimestrais de acompanhamentos das cotas.
9.3. Núcleo da Área de Infraestrutura	I – analisar e compatibilizar as propostas orçamentárias dos Poderes e dos Órgãos da administração direta e indireta do Estado; II – orientar, coordenar e supervisionar, tecnicamente, os órgãos setoriais de orçamento; III – consolidar os orçamentos do Estado (Fiscal, Seguridade Social e de Investimentos);

	IV – realizar a liberação de quotas orçamentárias para todos os órgãos da administração estadual; e V – monitorar, avaliar e emitir relatórios trimestrais de acompanhamentos das cotas.
9.4. Núcleo da Área de Gestão	I – propor e atender à abertura de Créditos Adicionais; II – elaborar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária; III – estabelecer normas e procedimentos para a elaboração de propostas orçamentárias setoriais; IV – administrar, analisar, controlar e acompanhar a execução orçamentária da Administração Pública Estadual, estabelecendo normas e procedimentos para os órgãos executores; V – efetuar o acompanhamento dos limites estabelecidos na Lei do Orçamento, que autoriza o Governo do Estado a abrir Créditos Suplementar
IV – Unidades de Execução Instrumental	
10. Núcleo Administrativo-Financeiro - NAF	- Programar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar a execução das atividades setoriais nas áreas de pessoal, comunicações administrativas, material e patrimônio, serviços gerais, transportes, finanças, contratos e convênios, de acordo com as normas estabelecidas pelos sistemas organizados.
10.1. Unidade de Administração	I – coordenar e supervisionar as atividades de pessoal, comunicações administrativas, material, patrimônio, serviços gerais e transportes.
10.1.1 Atividade de Comunicações Administrativas	I – observar e fazer observar as diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Governo, bem como, assistir a Secretaria nas matérias a ela referente; II – controlar a tramitação interna e externa de documentos oficiais; III – manter sob sua guarda e coordenação, o arquivo geral de documentos e executar tarefas relacionadas ao arquivamento e registro, bem como, atender a solicitação de desarquivamento de documentos para pesquisas, propor e realizar a desativação de documentos inservíveis à Secretaria, mediante a análise efetuada por comissão constituída; IV – prestar informações aos usuários sobre a tramitação de processos administrativos no âmbito da Secretaria; V - propor medidas de melhoria na recepção, identificação e registro de visitantes e acesso de servidores.
10.1.2. Atividade de Material e Patrimônio	I – observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Material e Patrimônio, bem como, assistir a Instituição nas matérias a ela referentes; II – proceder à aquisição de material de consumo permanente com base nos projetos e atividades programadas; III – organizar, controlar e estabelecer os níveis de estoque e equipamentos, material permanente e de consumo para o controle do processo de suprimento; IV – controlar o uso, efetuar a manutenção, a conservação e a guarda dos bens patrimoniais da instituição; V – propor recolhimento dos materiais inservíveis; VI – manter atualizado o acervo de bens patrimoniais móveis e imóveis, verificando através do processo de tombamento, cadastrando e registrando em mapas de inventário do Sistema; VII – solicitar aquisição de material, no caso de dispensa de licitação; VIII – zelar pelo arquivo de documentos relativos a projetos, registros,

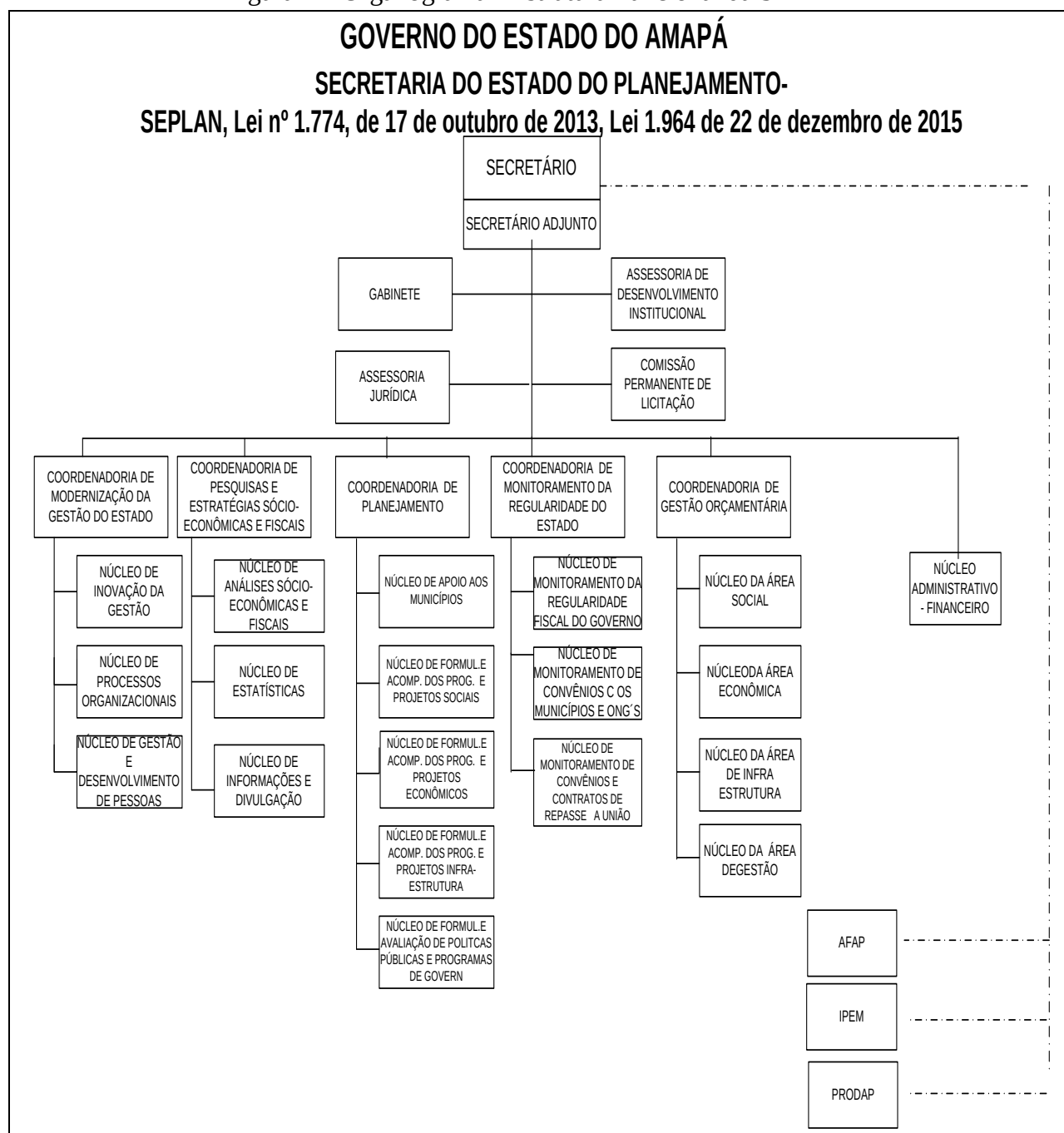
	contratos e escrituras de móveis e imóveis; IX – acompanhar, fiscalizar e receber obras e serviços de engenharia, contratados pela instituição, em conjunto com a Secretaria de Estado da Infraestrutura. X – proceder ao levantamento da necessidade de reforma, recuperação e manutenção de imóveis, móveis e equipamentos e definir as especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos; XI – coletar e fornecer em nível setorial, as informações necessárias a composição das estatísticas estaduais do Sistema. XII – realizar periodicamente pesquisa de preços, com vistas a adotar na Administração Pública, melhores procedimentos para aquisição de bens e serviços.
10.1.3. Atividade de Serviços Gerais e Transportes	I – observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Serviços Gerais e Transportes, bem como, assistir à Instituição nas matérias a ela referentes; II – controlar e disciplinar o uso de veículos a serviço da secretaria, bem como, os das prestadoras de serviços; III – manter registro funcional dos condutores dos veículos a serviço da Secretaria; IV – propor supervisionar a manutenção dos veículos oficiais, bem como, solicitar a aquisição de peças e acessórios quando necessários; V – coordenar a limpeza e conservação dos prédios pertencentes a Secretaria; VI – coordenar e supervisionar as atividades de zeladoria, vigilância e copa; VII – efetuar as despesas de pequeno vulto, por intermédio de suprimento de fundos e a contratação de serviços no caso de dispensa de licitação; VIII – programar a renovação, a manutenção preventiva e corretiva e gerenciar a utilização da frota de veículos, fazer a previsão e o controle do consumo de combustível.
10.1.4. Atividade de Pessoal	I- observar e fazer cumprir diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Recursos Humanos, bem como, assistir a Secretaria nas matérias a ela referentes; II - organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal, registrando a documentação funcional referente à nomeação, exoneração, afastamento e outros atos administrativos; III – organizar, controlar e expedir informações sobre a frequência de servidores; IV – coletar e fornecer em nível setorial, as informações necessárias à composição das estatísticas estaduais do Sistema; V – elaborar atos de concessão de diárias para os servidores autorizados a viajar a serviço; VI – elaborar e encaminhar expediente necessário à concessão de direitos e vantagens do servidor, tais como: férias, licenças, salário- família, quinquênios, aposentadorias e outros; VII – preparar boletim de alteração de cadastro, manter a tabela de salários e gratificações atualizadas, solicitar sempre que necessário, as rubricas para a indicação de pagamentos diversos, bem como, efetivar a inclusão de nomes de bancos e agências não cadastrados; VIII – fornecer subsídios na área de pessoal à instância superior para o planejamento de ações; X – controlar o processo de lotação e movimentação de servidores; XI – proceder ao acompanhamento de estagiários;

	XII – informar e controlar processos de aposentadoria dos servidores, expedir declarações e certidões relativas à situação funcional, implementar promoções e progressões de servidores, conforme legislação vigente; XIII – efetivar as alterações mensais da folha de pagamento referente aos servidores efetivos, cargos comissionados, contratos administrativos, estagiários e outros na forma da lei.
10.2. Unidade de Contratos e Convênios	I – analisar sob o ponto de vista administrativo e financeiro todas as propostas para a execução de serviços por terceiros, sob regime de contratos e convênios; II – elaborar termo de convênios, acordos e contratos nos quais a Secretaria seja interveniente, observando as normas legais em vigor; III – efetuar o registro e controle de convênios, acordos e contratos firmados; IV – acompanhar e fiscalizar a execução físico-financeira de contratos e convênios celebrados pelo Governo do Estado, com a interveniência da Secretaria; V – orientar os executores de convênios, acordos e contratos, quanto à disponibilidade de recursos e cumprimento dos prazos, fornecendo as informações necessárias; VI – prestar conta de recursos recebidos através de convênios; VII – receber a prestação de conta de convênios e examinar a juntada de documentos antes de encaminhá-la aos órgãos competentes.
10.3. Unidade de Finanças	I – observar e fazer observar diretrizes e normas técnicas emitidas pelo Órgão Central do Sistema Estadual de Administração Financeira, bem como assistir à Instituição nas matérias a ela referentes; II – proceder ao controle financeiro da instituição, observando os preceitos legais; III – processar notas de empenho e o respectivo lançamento contábil; IV – elaborar programação de desembolso mensal; V – preparar os dados necessários ao acompanhamento orçamentário; VI – acolher, verificar, acompanhar e liberar a prestação de contas dos suprimentos de fundos; VII – manter sob guarda, o arquivo dos processos de pagamentos.

Fonte: CMG/SEPLAN

1.3. Apresentação do organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas, departamentos, seções, etc. que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional da unidade, assim como a identificação dos principais processos pelos quais cada uma dessas subdivisões é responsável, os principais produtos deles decorrentes, indicando os titulares de áreas estratégicas e os respectivos cargos que ocupam no período referido pelo relatório de gestão.

Figura 1 – Organograma - Estrutura Funcional da SEPLAN



Fonte: CMG/SEPLAN

Quadro 3 – Titulares e Cargos da Unidade Jurisdicionada

TITULARES	CARGO	PRODUTO
Eduardo Corrêa Tavares	Secretário	- Suporte ao CEGF e Tesouro Verde
Otávio Magalhães da Fonseca	Secretário Adjunto	- Apoio à gestão e operações de crédito
Paula Simone Jucá Carrera	Chefe de Gabinete	- Suporte ao Gabinete da SEPLAN
Marileni do Couto Dias	Assessora de Desenvolvimento Institucional	- PPA da UJ, proposta orçamentária, relatório trimestral consolidado
Antônia Nascimento da Silva	Coordenadora de Gestão Orçamentária	- Lei de Diretrizes Orçamentárias. - Lei Orçamentária Anual. - Decretos de Alteração Orçamentária.
Melissa Isacksson Vieira Portal	Coordenadora de Modernização da Gestão	- Lei de organização da Estrutura do Estado. - Manual de elaboração de regulamentos e estatutos. - Minutas de Projetos de Leis que organizam as instituições do Poder Executivo Estadual. Minutas de Decretos que regulamentam as instituições do Poder Executivo Estadual.
Jacilene Melo Nogueira	Coordenadora de Monitoramento do Estado	- Certidões monitoradas: CRF/FGTS, Tributária e Previdenciária, Trabalhista. - Convênios e contratos de repasse Federal, monitorados. - Pedidos, dos municípios, de contrapartida de convênios federais analisados/habilitados. - Assessoramento aos órgãos da administração direta e indireta, e demais poderes (regularidade fiscal).
Oneide da Cruz Pinheiro	Coordenadora de Pesquisas Sócio Econômica e Fiscais	- Anuário Estatístico - Índice de preço ao consumidor. - Produto Interno Bruto. - Análise conjunturais econômicas. - Indicadores socioeconômicos - Estatísticas dos municípios. - Indicadores do Plano Plurianual.
Alberto Jorge de Oliveira	Coordenador de Planejamento	- Mensagens de Governo - Plano Anual de Trabalho - Plano Plurianual. - Relatório de Atividades Governamentais - Acompanhamento do PPA - Revisão do Plano Plurianual.
Elivaldo Cássio dos Santos Ribeiro	Presidente da Comissão Permanente de Licitação	- Processos Licitatórios.

Marilene dos Santos Nascimento	Gerente Geral do Projeto “Gestão Captação de Recursos”	-Carteira de Projetos; -Relatórios de acompanhamento dos processos de captação de recursos; -Relatórios de desempenho propostas cadastradas; -Reuniões de planejamento com os partícipes; -Capacitação e orientação - Educação em Gestão Pública/ SICONV; -Participação em Reuniões Comitê Gestor #Rede Siconv com proposições de melhoria do processo junto Ministério do Planejamento;
Tarabey Gomes Brito	Assessor Técnico	- Suporte operacional de TI
Estevão Picanço Neto	Gerente de Núcleo Administrativo e Financeiro	- Gerenciamento de Setoriais Administrativos
Ana Francelina dos Santos Lobato	Chefe da Unidade de Finanças	- Execução de despesa
Eliete Rodrigues de O. do Rosário	Chefe da Unidade de Contratos e Convênios	- Contratos e convênios.
José Lamarque Lopes Melão	Responsável Ativ. Material e Patrimônio	- Inventário de bens móveis
Maristela dos Reis Uchôa	Chefe da Unidade de Administração	- Lançamento de dados no SRH
Raimundo da Silva Coutinho	Responsável Ativ. de Pessoal	- Folha de Pagamento
Fortunato Macêdo Trindade	Responsável Ativ. Serviços Gerais e Transportes	- Conservação e limpeza
Otávio Magalhães da Fonseca	Coordenador do Projeto “Acompanhamento, Controle e Prestação de Contas dos Programas Apoiados pelo BNDES-NEGEP	- Relatórios de Acompanhamento da Operação de Crédito/BNDES
Sileno Silva dos Santos	Gerente do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão	- Suporte operacional/SIPLAG

1.4. Identificação dos ordenadores de despesa vinculados à unidade, explicitando inclusive responsabilidades sobre empenho, liquidação e pagamento de despesa (art.80, §1º. do Decreto-Lei nº 200/67).

A SEPLAN contou, no exercício em evidência, com 03 (três) ordenadores de despesa, nomeados pelos Decretos abaixo:

Secretário: Antônio Pinheiro Teles Júnior
Exonerado: Decreto nº 0850 de 06 de abril de 2018

Secretário: Eduardo Corrêa Tavares
Nomeado: Decreto 1107 de 12 abril de 2018

Secretário Adjunto: Otávio Augusto Magalhães da Fonseca

Substituiu o Secretário nos períodos:

- 30/10 a 01/11/2018, conforme Decreto nº 4321 de 05 de novembro de 2018.
- 05 a 08 de novembro de 2018, conforme Decreto nº 4314 de 05 de novembro de 2018.
- 12 a 19/11/2018, conforme Decreto nº 4315 de 05 de novembro de 2018.

O Secretário atual e o Secretário Adjunto foram responsáveis pelas assinaturas nas Notas de Empenho, bem como nas liquidações de despesas oriundas da Secretaria de Planejamento-SEPLAN, haja vista esta Secretaria não possuir autonomia financeira quanto ao processamento de pagamento.

1.5. Principais funções finalísticas e de apoio da organização para as quais estão voltadas as unidades, subunidades e organizações descentralizadas, podendo indicar produtos e serviços que a organização oferece aos cidadãos/usuários/clientes.

- Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado – CMG

Elaborar programas e projetos de modernização da gestão através da implementação de metodologias, técnicas e ferramentas no aperfeiçoamento de estruturas organizacionais, processos e desenvolvimento de pessoas visando à efetividade, à eficiência e à eficácia da Administração Pública Estadual.

- Coordenadoria de Pesquisas e Estratégias Socioeconômicas e Fiscais – COPENEF

Produzir e divulgar estatísticas e indicadores consolidados de forma a atender estudos socioeconômicos sobre o Estado e assessorar os tomadores de decisão para que a políticas públicas alcancem o interesse da função do Estado, através do instrumento de planejamento.

- Coordenadoria de Planejamento – COPLAN

Coordenar o processo de elaboração do Plano de Governo, de Políticas Públicas, do Plano Plurianual, dos Programas Governamentais e do Relatório Anual de Atividades, em conjunto com os órgãos estaduais, além de acompanhar e monitorar a execução das ações governamentais, avaliando os impactos físicos e qualitativos e a promoção do fortalecimento e desenvolvimento municipal.

- Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado – CMRE

Coordenar e monitorar a situação de regularidade do Poder Executivo e demais poderes relacionados à Comprovação de Adimplência Financeira, Comprovação de Adimplência na Prestação de Contas de Convênios, Comprovação quanto ao Atendimento do Cumprimento das Obrigações de Transparência e Comprovação da Adimplência das Obrigações Constitucionais decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal visando evitar a negativação do governo, através de seu CNPJ e/ou demais CNPJS, junto ao Cadastro Único de Convenientes – CAUC/SIAFI, assim como monitorar, em conjunto com as instituições concedentes de recursos, convênios celebrados entre o Governo do Estado e Municípios e, Organizações não Governamentais.

- Coordenadoria de Gestão Orçamentária – CGO

Programar, coordenar, orientar e executar as atividades de orçamento do Estado, observando a legislação específica.

1.6. Principais Parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados às principais funções organizacionais da unidade.

Os principais parceiros são:

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE;
Exército Brasileiro.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES

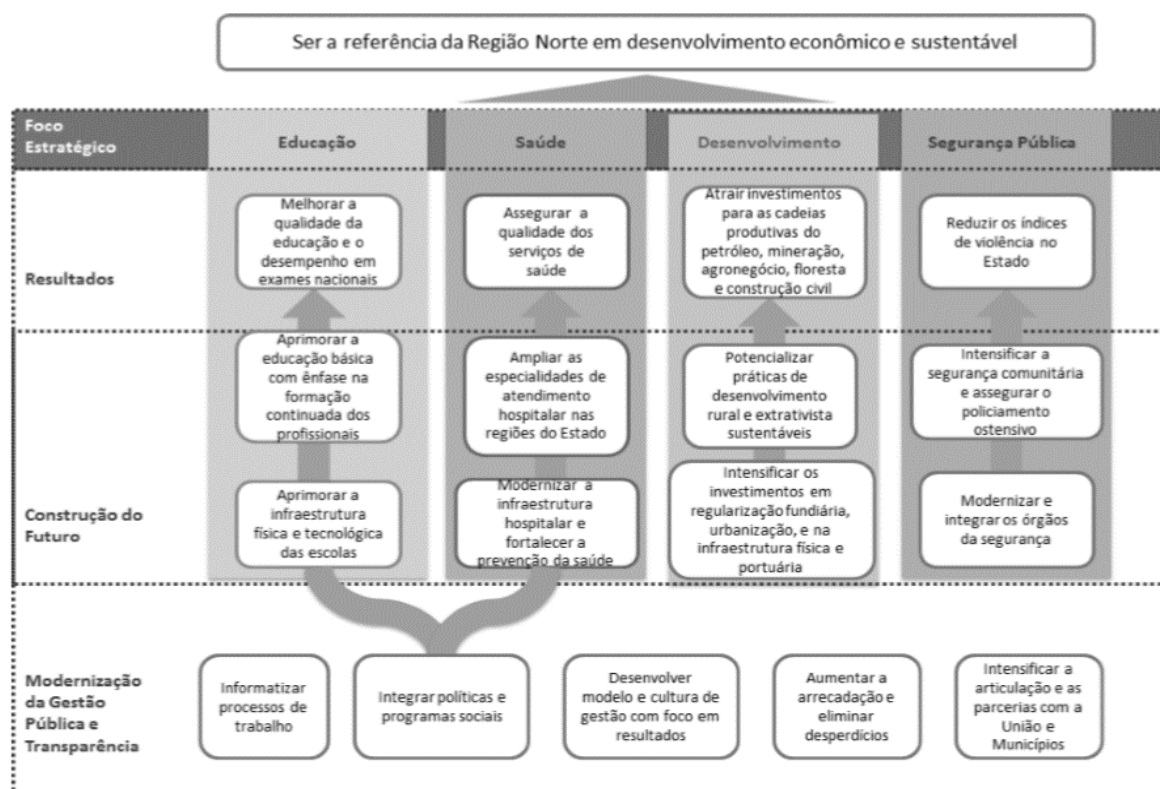
2.1. Informações sobre o planejamento estratégico da unidade, contemplando:

a) Período de abrangência do plano estratégico, se houver;

No âmbito do planejamento estratégico, o último instrumento elaborado pela SEPLAN foi o mapa estratégico, construído após um processo de debates, com participação de lideranças e gestores com o objetivo de alinhamento entre o foco, eixos e resultados buscados, tendo como objetivo a implantação de um modelo de gestão que contemple:

- sistematização do processo decisório;
- maior capacidade de planejamento e alcance de resultados;
- padronização de operações de trabalho;
- decisões baseadas na corporação como um todo;
- melhor capacidade de planejamento e alocação de recursos;
- acesso mais rápido a informação de maior qualidade;
- aumento da eficácia e eficiência da organização;
- priorização mais realista do trabalho;

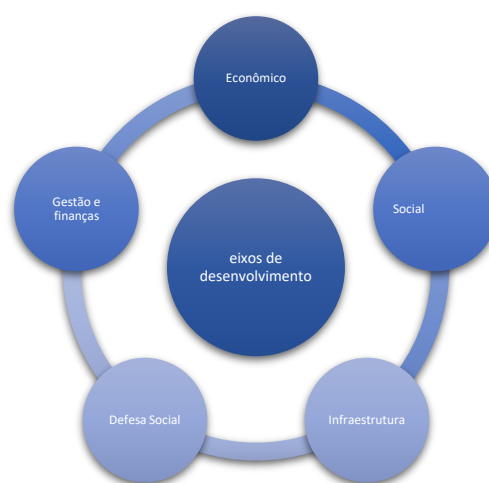
Figura 02 - Mapa do Planejamento Estratégico



O último PPA (2016/19) apresentou uma evolução, tendo como princípios:

- identificação clara dos objetivos, metas e prioridades do governo;
- identificação dos órgãos gestores dos programas e unidades orçamentárias responsáveis pelas ações governamentais;
- organizar, em programas, as ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade;
- possibilitar que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com as diretrizes e metas do Plano;
- dar transparência à aplicação dos recursos e aos resultados obtidos;

Figura 3 - Eixos de Desenvolvimento



Os eixos estratégicos também foram ampliados, vinculando o planejamento de toda a Administração Direta e Indireta do GEA, inclusive para a definição das diretrizes orçamentárias e orçamento propriamente dito:

b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas;

A SEPLAN possui seu planejamento vinculado ao eixo gestão e finanças, com as seguintes diretrizes estratégicas:

1. Fortalecer a administração estadual, com base em programas de modernização e excelência na prestação dos serviços públicos;
2. Garantir os recursos necessários para prover o Estado de condições de crescimento e inclusão social da população;
3. Estabelecer padrões e parâmetros para a formulação da política estadual de Tecnologia da Informação para o aprimoramento na prestação dos serviços públicos;
4. Valorizar o desenvolvimento integral dos servidores, buscando otimizar a prestação de serviços à sociedade;
5. Acompanhar e avaliar o uso adequado dos recursos públicos;
6. Elaborar sistemas de informação e indicadores estratégicos, como instrumentos de acompanhamento e avaliação governamental.

Trata-se, então, de diretrizes estratégicas vinculadas às competências da SEPLAN, do qual se destaca o disposto no art. 35 da Lei nº 811/2004: “coordenar o planejamento, monitorar e avaliar os

resultados das políticas públicas estaduais, controlar a execução orçamentária, promover a modernização administrativa do Estado, a racionalização dos gastos, monitoramento da regularidade do Estado, produzir estatísticas e indicadores para o desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental”.

c) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com o Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado, identificando os Programas, os Objetivos, as Iniciativas e as Ações em relação ao Plano Plurianual vigente em que estejam inseridas ações de responsabilidade da unidade;

Conforme demonstrado no item anterior, o plano estratégico da SEPLAN está diretamente vinculado ao PPA, tendo como programas o Gerenciamento Administrativo do Eixo Gestão e Finanças (manutenção administrativa do órgão), Amapá Empreendedor (apenas o apoio à elaboração do planejamento orçamentário) Gestão do Planejamento Estadual (atividades vinculadas aos instrumentos de planejamento, modernização administrativa, estatísticas, captação e monitoramento da regularidade fiscal e afins), e Ordenamento Territorial (anteriormente denominado Amapá Terra Legal, com projetos como a nova base cartográfica e regularização fundiária, em parceria com o Exército Brasileiro, e recuperação da rede geodésica, em parceria com o IBGE).

d) Se a unidade jurisdicionada estiver inserida no contexto de planejamento estratégico maior (de um órgão ou Secretaria, por exemplo), demonstração dos objetivos estratégicos, dos processos e dos produtos desse planejamento estratégico aos quais se vincula;

Corroborando o exposto nos itens 2.1.a e b, o planejamento da SEPLAN está inserido no planejamento do GEA, no eixo gestão e finanças.

e) Principais objetivos estratégicos traçados para a unidade para o exercício de referência do relatório de gestão;

As principais entregas, além das atividades regulares (p.ex. instrumentos de planejamento e estatísticas), foram a conclusão da rede geodésica (IBGE), conclusão das primeiras etapas da base cartográfica, além do apoio (diárias e passagens) ao Programa Tesouro Verde, lançado em agosto.

f) Principais ações planejadas para que a unidade pudesse atingir, no exercício de referência, os objetivos estratégicos estabelecidos.

Conclui-se que a SEPLAN, apesar do contexto fiscal adverso, conseguiu atingir os principais objetivos estratégicos. Como objetivo a atingir, destaca-se a implantação de um solução tecnológica unificada de gestão de planejamento, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, conforme deliberado pelo CEGF. Um objetivo que deve ser perseguido em 2019.

2.2. Informações sobre as estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos do exercício de referência do relatório de gestão, especialmente sobre:

a) Avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:

Os riscos seriam os menores possíveis, haja vista que esta jurisdicionada, dispõe de um quadro técnico bastante experiente, qualificado e ciente das implicações administrativas que poderiam ser causadas

pelo não cumprimento da legislação que rege a prestação de contas dos gestores públicos.

b) Revisão de macroprocessos internos da unidade, caso tenha sido necessária;

No início de 2017, e tendo em vista ajustes internos, foi iniciada a revisão do documento denominado Sistema de Planejamento Estadual, que irá orientar todos os macroprocessos da SEPLAN, extensivo às demais jurisdicionadas. Até o final de 2019, o referido documento deverá ser publicado oficialmente.

c) Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária, etc., caso tenham sido necessárias ao desenvolvimento dos objetivos estratégicos;

No início de 2017, foram adquiridos vários computadores para a SEPLAN, e distribuídos nas coordenadorias que estavam carentes desses equipamentos, como forma de substituição e também procedidos trabalhos de revisão na rede lógica de informática, visando dar melhores condições de trabalho aos seus servidores, visando a melhoria dos produtos ofertados pela Unidade. Em relação à estrutura de pessoal, o decreto n. 001/2019/GEA, entre outras medidas anunciadas, exige a redução de 10% no quantitativo de cargos comissionados e contratos administrativos em todo o Governo. A SEPLAN cumpriu a meta enviando os estudos para de redução dessas despesas junto ao Comitê de Gastos do Governo. Nas questões imobiliárias não temos nada a relatar.

d) Estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados e dos resultados alcançados;

A divulgação interna dos objetivos traçados se dá por intermédio de reuniões periódicas do Gestor com as coordenadorias, e estas, promovem reuniões com as gerências e demais técnicos que compõem a referida coordenadoria. Quanto aos resultados alcançados, sua divulgação se materializa por meio de relatórios consolidados no prazo estipulado e divulgação na página eletrônica desta jurisdicionada.

e) Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos.

Envio de documentos aos subordinados alertando para cumprimento de prazos constitucionais.

2.3 Demonstração da execução do plano de metas ou de ações para o exercício, informando, por exemplo:

a) Resultado das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas;

2300- Manutenção administrativa da SEPLAN:

Nesta ação o produto principal é a manutenção da Unidade, em termos de serviços terceirizados principalmente, atingindo em 88,2% da meta programada.

2303 – Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN:

No exercício de 2018, foram programados 04 (quatro) e executados 3 (três), significando 75% da meta programada.

1000 - Implantação do Modelo Estadual de Informações Estatísticas Georreferenciadas:

Neste projeto, a meta foi alcançada com grande sucesso, tendo em vista a parceria institucional com o Exército Brasileiro. A Carta Georreferenciada, como único produto deste projeto, foi apresentada ao Governador no final de 2018. Meta cumprida em 100%.

1001 - Implantação da Estrutura de Tecnologia da Informação – TI:

Esta ação dependeu muito da agilidade dos serviços de relacionados à licitação e a adesão de atas de pregões eletrônicos. Mas no exercício de 2018, caminhou com mais celeridade, dotando as unidades das condições mínimas em termos de estrutura de TI.

1003 - Ordenamento Fundiário e Territorial do Estado do Amapá:

O projeto em questão recepcionou as ações do antigo Programa Terra Legal. Em 2018 enfrentou alguns problemas relativos às alterações que dependiam de decreto do Poder Executivo, para a aprovação junto a Assembleia Legislativa. Cumpriu 20% da meta programada.

2296 - Fortalecimento do Sistema de Planejamento Estadual:

Esta ação atua de forma transversal na maioria das coordenadorias da Unidade. Tem por finalidade, apoiar a execução dos grandes produtos ofertados pela SEPLAN, qual sejam: Mensagens de Governo, Planos Anuais de Trabalho, Planos Plurianuais, Relatório de Gestão Governamental, Relatórios de Avaliação do PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, Estudos de Reorganização Administrativa, Consolidação de Relatórios Internos e Execução de Recursos Federais no âmbito do Governo. Todos os produtos citados foram entregues no prazo constitucional exigido. A meta foi cumprida em 100%.

2702 – Transferência ao Domínio do Estado de Terras Anteriormente Pertencentes à União:

Esta ação enfrenta muitos problemas decorrentes da morosidade política por parte do Governo, em acelerar o processo de transferências de terras da União para o Estado. Cumpriu 20% do programado.

2703 – Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Amapá:

Em 2018, a ação acima, cumpriu 70% do programado.

b) Justificativas para a não execução de ações ou não atingimento de metas, se for o caso;

As metas não executadas em sua totalidade tiveram como causas o contingenciamento de recursos orçamentários ou financeiros, e também por iniciativas que não estiveram ao alcance do responsável pela mesma.

c) Impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade.

São os melhores possíveis. Quando uma Unidade da importância da SEPLAN consegue atingir resultados satisfatórios de sua programação, entende-se que cumpre a missão institucional para a qual foi criada. O resultado de seus produtos, que são construídos com a participação de todos os Órgãos de Governo, serve como orientação para a continuidade normal da ação governamental.

2.4. Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

Indicadores em termos numéricos (unidades/ quantidades): Estudos elaborados, planos, programas, relatórios consolidados, Leis aprovadas, regimentos elaborados, avaliados, técnicos capacitados, unidades mantidas.

Indicadores em termos percentuais (%): Índices de programas e de ações (atividades ou projetos) governamentais avaliados, sem indicadores, com indicadores apurados, inseridos no módulo de acompanhamento do SIPLAG, etc.

2.5. Indicação de sítio eletrônico em que estejam disponibilizadas as peças orçamentárias (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA).

Página eletrônica da SEPLAN(www.seplan.ap.gov.br) e www.portal.ap.gov.br.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

Esta secretaria possui apenas uma Comissão de Conformidade do Relatório de Gestão.

3.2. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UG, contemplando os seguintes elementos:

- a) ambiente de controle
- b) avaliação de risco
- c) Atividades de controle
- d) Informação e Comunicação
- e) Monitoramento

Como falamos anteriormente esta UJ possui apenas Comissão de Conformidade do Relatório de Gestão.

3.3. Informações sobre a remuneração/subsídio dos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal, com a identificação nominal, o fundamento legal e os valores (inclusive de verbas indenizatórias).

Essas informações constam em instituições da administração indireta do estado, que tem autonomia administrativa e financeira própria.

3.4. Informações sobre a estrutura e atividade do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

Há processo para reestruturação da SEPLAN, com a previsão de uma posição para Auditoria Interna, o que ainda não foi aprovado pelo Poder Legislativo. Neste caso, enquanto perdurar a atual estrutura, casos que demandem providências além da sindicância e PAD (realizados atualmente através de servidores da SEPLAN, designados por portaria), são encaminhados à Controladoria Geral – CGE, órgão central de Controle Interno do GEA.

3.5. Informações quanto ao cumprimento da ordem cronológica de pagamentos e justificativas sobre eventuais antecipações (Instrução Normativa 001/2016, da Controladoria Geral do Estado-CGE, ou regulamentação equivalente)

Quadro 4– Ordem Cronológica de Pagamento

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00003	30/01/2018	2018OB02862	07/02/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00005	31/01/2018	2018OB02907	08/02/2018	339014	101	VANETE DOS SANTOS PALMEIRA	568,65	
2018PD00007	31/01/2018	2018OB02908	08/02/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	381,18	
2018PD00015	06/02/2018	2018OB13457	10/05/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	
2018PD00016	08/02/2018	2018OB04555	19/02/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00017	08/02/2018	2018OB03707	09/02/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00018	08/02/2018	2018OB03708	09/02/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00019	09/02/2018	2018OB08594	23/03/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	4.598,43	Relatório nº 01/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6643-16/03/18 PAG.25
2018PD00020	15/02/2018	2018OB04553	19/02/2018	339014	101	ÁUREA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	451,99	
2018PD00021	16/02/2018	2018OB04554	19/02/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	444,72	
2018PD00022	16/02/2018	2018OB05805	22/02/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00023	21/02/2018	2018OB08595	23/03/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	10.964,86	Relatório nº 03/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6643-16/03/18 PAG.25 e 26
2018PD00024	21/02/2018	2018OB05720	22/02/2018	339014	101	MANOEL ALVARO SANTOS DA SILVA	595,38	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00025	22/02/2018	2018OB06072	28/02/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	595,38	
2018PD00026	27/02/2018	2018OB17606	20/06/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	
2018PD00027	27/02/2018	2018OB08596	23/03/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	3.831,53	Relatório nº 04/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6643-16/03/18 PAG.26 e 27
2018PD00029	28/02/2018	2018OB06651	07/03/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00030	28/02/2018	2018OB06326	02/03/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00031	27/02/2018	2018OB06325	02/03/2018	339014	101	REGINA CELIS MARTINS FERREIRA	406,18	
2018PD00032	05/03/2018	2018OB16169	12/06/2018	339039 -	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	Relatório nº 08/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6692-05/06/18 PAG.13 e 14
2018PD00033	05/03/2018	2018OB07606	13/03/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00034	12/03/2018	2018OB08683	26/03/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00035	12/03/2018	2018OB07607	13/03/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00040	26/03/2018	2018OB08914	28/03/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	309,60	
2018PD00041	26/03/2018	2018OB08915	28/03/2018	339014	101	ANTÔNIO PINHEIRO TELES JÚNIOR	444,72	
2018PD00042	26/03/2018	2018OB08916	28/03/2018	339014	101	RAIMUNDO PAULO DOS SANTOS	216,00	
2018PD00043	28/03/2018	2018OB08917	28/03/2018	339014	101	FERNANDO AUGUSTO MAGALHÃES ROMANY	216,00	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00044	28/03/2018	2018OB10084	10/04/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00045	02/04/2018	2018OB10408	12/04/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00046	02/04/2018	2018OB10410	12/04/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00047	02/04/2018	2018OB13087	08/05/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	5.848,83	Relatório nº 05/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6664-19/04/18 PAG.13
2018PD00048	03/04/2018	2018OB16170	12/06/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. EPP	4.893,12	Relatório nº 09/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6692-05/06/18 PAG.14 e 15
2018PD00049	05/04/2018	2018OB09645	09/04/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00050	05/04/2018	2018OB10406	12/04/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00051	05/04/2018	2018OB10407	12/04/2018	339014	101	MARISTELA DOS REIS UCHÔA PONTES	833,53	
2018PD00052	09/04/2018	2018OB13088	08/05/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	7.972,74	Relatório nº 06/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6664-19/04/18 PAG.13 e 14
2018PD00053	10/04/2018	2018OB10409	12/04/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00054	19/04/2018	2018OB18286	26/06/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	2.929,09	
2018PD00055	20/04/2018	2018OB11303	25/04/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00056	20/04/2018	2018OB11304	25/04/2018	339014	101	ANA FRANCELINA DOS SANTOS LOBATO	833,53	
2018PD00058	24/04/2018	2018OB12493	27/04/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	1.143,54	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00059	27/04/2018	2018OB12946	04/05/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00060	03/05/2018	2018OB12685	03/05/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00061	03/05/2018	2018OB12686	03/05/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00062	04/05/2018	2018OB16171	12/06/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	Relatório nº 10/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6692-05/06/18 PAG.15 e 16
2018PD00063	07/05/2018	2018OB18287	26/06/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	9.090,04	
2018PD00064	09/05/2018	2018OB18288	26/06/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	
2018PD00065	10/05/2018	2018OB18289	26/06/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	
2018PD00066	10/05/2018	2018OB20384	31/07/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	
2018PD00067	11/05/2018	2018OB13733	16/05/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00068	11/05/2018	2018OB13734	16/05/2018	339014	101	ANA FRANCELINA DOS SANTOS LOBATO	833,53	
2018PD00069	14/05/2018	2018OB13823	16/05/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00070	14/05/2018	2018OB13824	16/05/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00071	23/05/2018	2018OB15425	24/05/2018	339014	101	MANOEL ALVARO SANTOS DA SILVA	833,53	
2018PD00072	24/05/2018	2018OB15667	04/06/2018	339014	101	ALAN GEMAQUE DA SILVA	731,12	
2018PD00073	25/05/2018	2018OB15668	04/06/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	1.309,83	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00074	25/05/2018	2018OB15669	04/06/2018	339014	101	VANETE DOS SANTOS PALMEIRA	1.071,68	
2018PD00075	25/05/2018	2018OB15670	04/06/2018	339014	101	REGINA CELIS MARTINS FERREIRA	1.071,68	
2018PD00076	30/05/2018	2018OB16012	08/06/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00077	30/05/2018	2018OB15671	04/06/2018	339014	101	ANDRESSA RIBEIRO CARNEIRO	833,53	
2018PD00078	05/06/2018	2018OB16013	08/06/2018	339014	101	EMMANUELE NASCIMENTO DE ALMEIDA PEDERIRA	833,53	
2018PD00079	04/06/2018	2018OB16014	08/06/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00080	06/06/2018	2018OB29890	21/11/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	
2018PD00081	06/06/2018	2018OB29891	21/11/2018	339033	101	MACAPABA-AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	31.637,29	
2018PD00082	04/06/2018	2018OB16015	08/06/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00083	04/06/2018	2018OB16016	08/06/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00084	07/06/2018	2018OB29892	21/11/2018	339039	101	ARMANDO MITSUAKI NAKAMARU	18.000,00	
2018PD00085	08/06/2018	2018OB16299	13/06/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	741,20	
2018PD00086	08/06/2018	2018OB16298	13/06/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	444,72	
2018PD00087	12/06/2018	2018OB16300	13/06/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00088	12/06/2018	2018OB16301	13/06/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00089	19/06/2018	2018OB29887	21/11/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	Relatório nº 17/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6802-14/11/18 PAG.07 e 08
2018PD00090	21/06/2018	2018OB17693	25/06/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	1.042,53	
2018PD00091	21/06/2018	2018OB17694	25/06/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	444,72	
2018PD00092	21/06/2018	2018OB19627	18/07/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	473,88	
2018PD00093	27/06/2018	2018OB19449	13/07/2018	339037	101	SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00094	03/07/2018	2018OB19632	18/07/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00095	03/07/2018	2018OB19631	18/07/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00096	27/06/2018	2018OB19628	18/07/2018	339014	101	10955933234 - NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00098	09/07/2018	2018OB19629	18/07/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	1.071,68	
2018PD00099	10/07/2018	2018OB29894	21/11/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	
2018PD00100	12/07/2018	2018OB19633	18/07/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00101	13/07/2018	2018OB19630	18/07/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	444,72	
2018PD00102	13/07/2018	2018OB29888	21/11/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	
2018PD00103	23/07/2018	2018OB21050	01/08/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	1.334,16	
2018PD00105	01/08/2018	2018OB21963	14/08/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00106	01/08/2018	2018OB21163	02/08/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	185,76	
2018PD00107	03/08/2018	2018OB29911	21/11/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	
2018PD00108	06/08/2018	2018OB23224	31/08/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00112	10/08/2018	2018OB34660	28/12/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,98	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00113	16/08/2018	2018OB22473	17/08/2018	339014	101	NANETE LINHARES MARTINS	663,43	
2018PD00114	16/08/2018	2018OB22474	17/08/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	444,72	
2018PD00116	21/08/2018	2018OB23226	31/08/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00117	28/08/2018	2018OB23095	28/08/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00118	29/08/2018	2018OB23909	12/09/2018	339014	101	JOSE MARIA REGO DE OLIVEIRA	833,53	
2018PD00119	05/09/2018	2018OB24265	20/09/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00120	05/09/2018	2018OB24266	20/09/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00122	05/09/2018	2018OB23639	06/09/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	10.608,00	
2018PD00123	11/09/2018	2018OB24267	20/09/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00124	11/09/2018	2018OB34662	28/12/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00125	21/09/2018	2018OB34664	28/12/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,99	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00126	28/09/2018	2018OB25432	28/09/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	24.034,17	
2018PD00127	04/10/2018	2018OB26687	16/10/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	3.021,44	
2018PD00128	04/10/2018	2018OB26688	16/10/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	412,01	
2018PD00129	04/10/2018	2018OB34665	28/12/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00130	11/10/2018	2018OB34667	28/12/2018	339039	101	LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	59.450,99	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00131	08/10/2018	2018OB27499	19/10/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	148,24	
2018PD00132	08/10/2018	2018OB27500	19/10/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	148,24	
2018PD00137	18/10/2018	2018OB27501	19/10/2018	339014	101	ANTONIA NASCIMENTO DA SILVA	833,53	
2018PD00138	22/10/2018	2018OB34668	28/12/2018	339030	101	OFFICE PAPELARIA EIRELI	79.162,00	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00139	25/10/2018	2018OB28819	29/10/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	1.071,68	
2018PD00140	29/10/2018	2018OB29688	19/11/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	1.071,68	
2018PD00141	01/11/2018	2018OB30013	22/11/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00142	01/11/2018	2018OB30014	22/11/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00144	07/11/2018	2018OB34669	28/12/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. – EPP	4.893,12	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00145	07/11/2018	2018OB30015	22/11/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00147	09/11/2018	2018OB29689	19/11/2018	339014	101	MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	595,38	
2018PD00148	23/11/2018	2018OB30504	28/11/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	741,20	
2018PD00149	23/11/2018	2018OB30505	28/11/2018	339014	101	EDUARDO CORREA TAVARES	741,20	
2018PD00150	23/11/2018	2018OB30503	28/11/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	444,72	
2018PD00153	27/11/2018	2018OB32750	17/12/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
2018PD00154	28/11/2018	2018OB34670	28/12/2018	339039	101	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA/ESAFL	2.490,00	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00155	28/11/2018	2018OB30509	28/11/2018	339047	101	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	250,00	
2018PD00156	28/11/2018	2018OB30661	04/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	33.622,52	
2018PD00157	28/11/2018	2018OB31854	10/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	33.622,52	
2018PD00158	28/11/2018	2018OB32735	13/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	38.136,42	
2018PD00159	04/12/2018	2018OB32751	17/12/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	4.340,47	
2018PD00160	04/12/2018	2018OB31869	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	576,39	

Programação de Desembolso	PD - Data de Emissão	Ordem Bancária	OB - Data de Emissão	Natureza	Fonte	Credor	Despesas do Exercício Pagas	Justificativa
2018PD00161	04/12/2018	2018OB31866	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	4.226,83	
2018PD00162	04/12/2018	2018OB31870	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	576,39	
2018PD00163	04/12/2018	2018OB31867	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	4.226,83	
2018PD00164	04/12/2018	2018OB31871	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	653,77	
2018PD00165	04/12/2018	2018OB31868	11/12/2018	339037	101	J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	4.794,29	
2018PD00168	06/12/2018	2018OB34671	28/12/2018	339039	101	DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. EPP	4.893,12	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00169	10/12/2018	2018OB34672	28/12/2018	339039	101	JACI CORIOLANO SILVA JUCA	2.500,00	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00170	10/12/2018	2018OB34692	28/12/2018	339030	101	JACI CORIOLANO SILVA JUCA	1.500,00	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00171	10/12/2018	2018OB32753	17/12/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	635,30	
2018PD00172	10/12/2018	2018OB32754	17/12/2018	339014	101	OTAVIO AUGUSTO MAGALHÃES FONSECA	741,20	
2018PD00173	12/12/2018	2018OB34700	28/12/2018	339092	101	CREA-AP CONSELHO REGIONAL DE ENG.E AGRONOMIA DO AMAPÁ.	100.000,00	Relatório nº 20/2018 ASSEJUR-PGE/SEPLAN D.O nº 6823-19/12/18 PAG.08 e 09
2018PD00175	13/12/2018	2018OB33328	21/12/2018	449039	174	STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	285.024,44	
TOTAL DE PAGAMENTOS							3.324.400,16	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

A ordem cronológica de pagamentos do exercício de 2018, seguiu os preceitos da Instrução Normativa nº 0001, de 02 de maio de 2016, concernentes as normas gerais para execução orçamentária, financeira e liquidação, como pagamentos das despesas públicas e outras providências. As programações de desembolso elencadas no quadro acima descrito, evidenciou exceções previstas na própria Normativa, respaldadas pelo Art. 6º, seus incisos e parágrafos, consolidando sua ordem cronológica e as exceções legais. As características e justificativas de cada pagamento, estão devidamente citadas e descritas, conforme publicações em seus diários oficiais.

3.6. Informações quanto à publicação em sítio eletrônico oficial da ordem cronológica de pagamentos.

As justificativas relativas as exceções de pagamentos da quebra da ordem cronológica estão informadas no Portal da Transparência do Estado do Amapá. Sendo publicada no Diário Oficial Do Estado do Amapá, no site www.sead.ap.gov.br informados na citada tabela do item 3.5(Ordem Cronológica).

3.7. Informações sobre indicadores de transparência entre os outros indicadores de gestão constantes ou não do módulo de monitoramento e avaliação de programas de governo do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SIPLAG.

No exercício de 2018, foi dada continuidade ao trabalho de acompanhamento de programas e ações (atividades ou projetos), com a inserção de informações dos Órgãos de Governo, por meio de gerentes de programas e de ações, nomeados para tal fim.

Atualmente, 46 (quarenta e seis) Órgãos participam do projeto, inserindo informações no SIPLAG, em período trimestral. Para o sucesso deste trabalho, foram treinados (as) 130 (cento e trinta) técnicos pela COPLAN/COPESEF/GT/SIPLAG, entre gerentes de programas e de ações.

Em relação aos programas de governo, dos 53 (cinquenta e três) existentes no plano, 13 (treze) estão com os seus indicadores apurados. No Eixo de Desenvolvimento Social, os programas das áreas da Educação, Saúde e Segurança Pública, a meta programada foi atingida em 100%, haja vista que este trabalho foi iniciado com esta previsão.

Nas demais, destacamos o Eixo de Desenvolvimento Econômico, com um significativo avanço, pois dos 10 programas que compõem o Eixo, 05 (cinco), estão com os indicadores apurados. Quanto aos demais Eixos, Infraestrutura e Gestão e Finanças, todos os programas possuem indicadores a exemplo dos demais Eixos, mas com poucos apurados. A meta é apura-los até o final de abril, pois servirão de base para a elaboração do PPA 2020/2023.

O projeto de acompanhamento por meio de gerentes de programas e de ações via SIPLAG, implementado em 2017 e 2018, é uma atividade governamental, que alcançou significativo sucesso nos Órgãos de Governo. Temos avaliado este trabalho junto ao SIPLAG, e a grande maioria vêm realizando o acompanhamento de seus programas e de suas ações.

A SEPLAN, não abre mão de sua missão institucional, quanto à orientação dos trabalhos, e alertando aos gestores periodicamente por meio de comunicados, que a não realização dessa atividade de primordial importância para a transparência na aplicação dos recursos públicos, compromete o gestor da pasta, pois além do descumprimento do PPA vigente, incorre em sanções por parte do Órgão de Controle Externo, de acordo com a DN.001/2018, dessa Corte de Contas.

3.8 Informações sobre a implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa-SIGA, instituído pelo Decreto Estadual 3.313, de 15 de setembro de 2016.

Desde a publicação do Decreto nº 3.184, de 02 de setembro de 2016, os processos de aquisição de bens e contratações de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual devem tramitar em todas as suas fases, por meio eletrônico, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA.

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA, foi instituído pelo Decreto Estadual nº 3.313, de 15 de setembro de 2016, é um sistema de informações que possibilita o controle e a gestão centralizada de todas as atividades administrativas dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Amapá, através de estrutura de fluxos de tramitação de processos, para dar total transparência e segurança ao processo licitatório. O Processamento de Dados do Estado do Amapá – PRODAP é o responsável técnico pelo suporte e manutenção do SIGA, bem como pelo gerenciamento de cadastros gerais, senhas de acesso e segurança desse sistema que é composto pelos módulos e submódulos:

I. Termo de Referência:

Compras e Licitações, Banco de Preços, Compra Direta, Pregão eletrônico, Pregão, Presencial, Concorrência, Tomada de preço, Convite, Registro de preço, Cadastro de fornecedores Catálogo de materiais e serviços.

II. Contratos

III. Almoxarifado

IV. Patrimônio

O Sistema Integrado de Gestão Administrativa — SIGA, está implantado na SEPLAN com 70%, onde o Módulo Contratos está em fase de iniciação.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

a) Identificação do programa;

O orçamento global aprovado para a SEPLAN em 2018 foi de **R\$ 25.945.586,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos oitenta e seis)**, cuja programação está demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 5 –Programação Orçamentária

UNIDADE GESTORA / PROGRAMA /AÇÃO	DOTAÇÃO R\$ 1,00		
	Inicial	Atualizada	%
150101 – Secretaria de Estado do Planejamento	25.945.586	13.112.630	50,54
0005 – Gerenciamento Administrativo – Eixo Gestão e Finanças	6.270.000	6.674.007	6,44
2300 – Manutenção de Serviços Administrativos – SEPLAN	1.340.000	1.764.547	31,68
2303 – Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN	4.930.000	4.909.460	0,42

0007 – Amapá Empreendedor	7.274.586	0,00	100,00
0004 – Subscrição de Ações da AFAP	7.274.586	0,00	100,00
0048 – Gestão do Planejamento Estadual	1.010.000	47.623	95,28
1000 – Implantação do Modelo Est. de Informações Estatísticas Georreferenciadas	320.000	0,00	100,00
1001 – Implantação da Estrutura de TI	320.000	0,00	100,00
2296 – Fortalecimento do Sistema de Planejamento Estadual	370.000	47.623	87,13
0049 – Zoneamento Ecológico Econômico e Ordenamento Territorial	11.391.000	6.391.000	43,89
1003 – Ordenamento Fundiário e Territorial do Estado	437.000	437.000	0,00
2702 - Transferência ao Domínio do Estado de Terras Anteriormente pertencente à união	5.954.000	5.954.000	0,00
2703 - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá	5.000.000	0,00	100,00

Fonte: SIPLAG

Durante o exercício 2018, passou por atualizações chegando ao final totalizando **R\$13.112.630,00** (treze milhões, cento e doze mil, seiscentos e trinta reais), sofrendo uma redução de dotação em 50,54%. Sendo que as ações que sofreram maior impacto de redução foram: Ação 0004-Subscrição de Ações da AFAP (100%), Ação 1000 - Implantação do Modelo Estadual de Informações Estatísticas Georreferenciadas (100%), Ação - 1001 – Implantação da Estrutura de TI (100%), Ação 2296-Fortalecimento do Sistema de Planejamento (87,13%) e a 2703 - Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá (100%).

b) Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;

Quadro 6 – Execução Orçamentária e Financeira

Demonstrativo da Execução Orçamentária				
Unidade Gestora / Programa / Ação / Fonte / Natureza	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Crédito disponível
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	25.945.586,00	13.112.630,00	12.285.101,13	827.528,87
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	6.270.000,00	6.674.007,00	6.283.716,90	390.290,10
2300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	1.340.000,00	1.764.547,00	1.712.197,63	52.349,37
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	1.340.000,00	1.764.547,00	1.712.197,63	52.349,37
339014 - Diárias – Civil	70.000,00	31.677,00	30.053,39	1.623,61
339030 - Material de Consumo	250.000,00	80.662,00	80.662,00	0,00
339033 - Passagens e Despesas com Locomoção	400.000,00	126.501,00	80.846,86	45.654,14

339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	50.000,00	0,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	380.000,00	61.395,00	56.324,32	5.070,68
339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas	40.000,00	250,00	250,00	0,00
339092 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	1.464.062,00	1.464.061,06	0,94
339093 - Indenizações e Restituições	10.000,00	0,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	130.000,00	0,00	0,00	0,00
2303 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SEPLAN	4.930.000,00	4.909.460,00	4.571.519,27	337.940,73
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFM e OUTROS).	1.130.000,00	1.109.460,00	1.099.140,35	10.319,65
339014 - Diárias – Civil	10.000,00	5.234,00	5.233,78	0,22
339036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	20.000,00	0,00	0,00	0,00
339037 - Locação de Mão-de-Obra	300.000,00	377.963,00	367.644,54	10.318,46
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	800.000,00	726.263,00	726.262,03	0,97
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00
449092 - Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
174 - Operações de Créditos Interna	3.800.000,00	3.800.000,00	3.472.378,92	327.621,08
449039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.800.000,00	3.800.000,00	3.472.378,92	327.621,08
0007 - AMAPÁ EMPREENDEDOR	7.274.586,00	0,00	0,00	0,00
0004 - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA AFAP	7.274.586,00	0,00	0,00	0,00
107 - Recursos Próprios - RP (IPVA, IRRF, ITCD, ICMS, TEPP, TPS, RI,RVM, ORP, RS, MJM, OI, OR e RDAT)	7.274.586,00	0,00	0,00	0,00
459065 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	7.274.586,00	0,00	0,00	0,00
0048 - GESTÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1.010.000,00	47.623,00	47.384,23	238,77
1000 - IMPLANTAÇÃO DO MODELO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS GEORREFERENCIADAS.	320.000,00	0,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFM e OUTROS).	320.000,00	0,00	0,00	0,00
339014 - Diárias – Civil	10.000,00	0,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30.000,00	0,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	280.000,00	0,00	0,00	0,00
1001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA DE TI	320.000,00	0,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFM e OUTROS).	320.000,00	0,00	0,00	0,00

339014 - Diárias – Civil	10.000,00	0,00	0,00	0,00
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	0,00	0,00
449052 - Equipamentos e Material Permanente	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2296 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	370.000,00	47.623,00	47.384,23	238,77
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	370.000,00	47.623,00	47.384,23	238,77
339014 - Diárias – Civil	60.000,00	9.133,00	8.894,23	238,77
339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	310.000,00	38.490,00	38.490,00	0,00
0049 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.391.000,00	6.391.000,00	5.954.000,00	437.000,00
1003 - ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAPÁ	437.000,00	437.000,00	0,00	437.000,00
103 - Transferências de Convênios – TC	437.000,00	437.000,00	0,00	437.000,00
339093 - Indenizações e Restituições	437.000,00	437.000,00	0,00	437.000,00
2702 - TRANSFERÊNCIA AO DOMÍNIO DO ESTADO DE TERRAS ANTERIORMENTE PERTENCENTES À UNIÃO	5.954.000,00	5.954.000,00	5.954.000,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	5.954.000,00	5.954.000,00	5.954.000,00	0,00
332041 – Contribuições	1.300.000,00	2.809.000,00	2.809.000,00	0,00
442041 – Contribuições	4.654.000,00	3.145.000,00	3.145.000,00	0,00
2703 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
101 - Recursos de Transferências da União - RTU (FPE, IPI, ISO, ICMS-EX, CFRH, CFRM e OUTROS).	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00
335041 – Contribuições	3.900.000,00	0,00	0,00	0,00
339014 - Diárias – Civil	100.000,00	0,00	0,00	0,00
445041 – Contribuições	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIPLAG

Tabela 1 – Resumo sobre a Execução Orçamentária e Financeira

Ano	Orçamento				Empenhado / Orçamento Total (%)
	LOA+Créditos-Débitos	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Desp. Empenhada a Liquidar	
2018	13.112.630,00	12.285.101,13	6.019.762,17	6.265.338,96	93,69

Fonte: SIPLAG

No Exercício, foram empenhadas despesas no valor de **R\$ 12.285.101,13** (doze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e um e reais e treze centavos), correspondendo a 93,69% do orçamento atualizado. As despesas liquidadas totalizaram **R\$ 6.019.762,17** (seis milhões, dezenove mil, setecentos sessenta dois reais e dezessete centavos) restando **R\$ 6.265.338,96** (seis milhões,

duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta oito reais e noventa e seis centavos) a liquidar das despesas empenhadas.

c) Avaliação dos resultados dos indicadores associados ao programa;

A Secretaria de Estado do Planejamento é responsável por quatro programas, sendo eles:

- a) 005 – Gerenciamento do Eixo da Gestão e Finanças;
- b) 007 – Amapá Empreendedor;
- c) 0048 – Gestão do Sistema Estadual de Planejamento;
- d) 0049 – Zoneamento Ecológico Econômico e Ordenamento Territorial.

Procedendo a uma avaliação dos indicadores associados aos programas, tem-se que:

Em relação ao primeiro programa, 005 – Gerenciamento do Eixo da Gestão e Finanças, o mesmo engloba todas as ações de manutenção administrativas dos Órgãos que compõem o referido Eixo. A princípio não dispõe de indicadores que possam aferir a sua eficácia, pois sua atuação está voltada para a atividade meio do Governo, ou seja, dá o suporte para que as atividades fins produzam bens ou serviços para a sociedade. Para o PPA 2020 2023, a meta é construir indicadores para este programa, que possam mensurar a sua execução.

Quanto ao segundo programa, 007 – Amapá Empreendedor, o mesmo contempla ações finalísticas da Agência de Fomento do Amapá – AFAP, que esteve ligada à SEPLAN até o final de 2017. E por decisão superior, este programa, financeiramente foi recepcionado na SEPLAN. Sendo assim, acreditamos que o referido programa deverá constar ser avaliado em termos de termos indicadores e de metas físicas e financeiras pela Secretaria de Estado do Empreendedorismo – SETE, e constar no seu Relatório de Gestão.

O programa 0048 – Gestão do Sistema Estadual de Planejamento é o carro chefe do Sistema de Planejamento do Estado. No segundo semestre de 2017, por meio da implantação do projeto de acompanhamento de programas e ações (atividades ou projetos), obtivemos a adesão de quarenta e seis (46) Órgãos de Governo, envolvendo mais de 130 técnicos capacitados entre gerentes de programas e gerentes de ações ligados aos referidos Órgãos. Trimestralmente estes gerentes inserem informações no SIPLAG, referente às atividades desenvolvidas nessas instituições públicas.

Este programa apresentou em 2018, os seguintes indicadores:

- a) 100% dos programas de governo foram inseridos no módulo de acompanhamento do SIPLAG, que até a metade de 2017, não constavam;
- b) De um total de cinquenta e três programas de governo (53), vinte (20) estão com os seus indicadores apurados, com ênfase para os programas da Educação, Saúde e Segurança Pública, indicadores estes que servirão de base para a elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020 2023, assim como para o planejamento estratégico do Estado. A meta é apurar todos os indicadores de programas até o final do primeiro semestre de 2019.
- c) 100% das ações (atividades ou projetos), executadas no PPA vigente, também estão inseridas no referido módulo e acompanhadas.

E por último, fazendo referência ao programa 0049 – Zoneamento Ecológico Econômico e Ordenamento Territorial, o mesmo possui indicadores, porém o desempenho dos mesmos ficou abaixo do esperado, considerando que foi revisto em 2018, com a recepção de ações do antigo Programa Terra legal. Como sabemos o sucesso do mesmo, depende do repasse das terras pertencentes à União para o Estado.

d) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados dos programas;

Conforme o art. 3º do Decreto nº 0047, de 10 de janeiro de 2018, os orçamentos dos órgãos do Poder Executivo Estadual foram contingenciados em 20% (vinte pontos percentuais), em decorrência da grave crise financeira que afetou consideravelmente o exercício financeiro de 2018, ocasionando uma significativa escassez de recursos.

Em razão deste quadro de crise e visando assegurar o equilíbrio fiscal do Estado, à SEPLAN foi imputado contingenciamento orçamentário da ordem de R\$ 4.279.717,20 (quatro milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e dezessete e reais e vinte centavos), que se refletiu na execução do Programa Gerenciamento Administrativo planejado para o exercício corrente.

Quadro 7 – Contingenciamento por Natureza de Despesa

Unidade Gestora/Natureza	Dotação Inicial	Contingenciamento
150101 – SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	21.408.586,00	4.279.717,20
332041 – Contribuições	1.300.000,00	260.000,00
335041 – Contribuições	3.900.000,00	780.000,00
339014 – Diárias – Civil	260.000,00	52.000,00
339030 – Material de Consumo	250.000,00	50.000,00
339033 – Passagens e Despesas com Locomoção	400.000,00	80.000,00
3390.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	70.000,00	14.000,00
3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.530.000,00	306.000,00
339047 – Obrigações Tributárias e Contributivas	40.000,00	8.000,00
339092 – Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	0,00
339093 – Indenizações e Restituições	10.000,00	2.000,00
4420.41 – Contribuições	4.654.000,00	930.800,00
445041 – Contribuições	1.000.000,00	200.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente	710.000,00	142.000,00
459065 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	7.274.586,00	1.454.917,2

Fonte : SIPLAG

e) Reflexos dos restos a pagar na execução dos programas.

Quadro 8 – Restos a Pagar por Programa

Restos a Pagar Processados Inscrito no Exercício			
Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte	Valor R\$
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	449039	174	1.140.097,76
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	339039	101	191.203,19
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	339092	101	1.364.061,06
Total			2.695.362,01
Restos a Pagar Não Processados Inscrito no Exercício			

Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Fonte	Valor R\$
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	339033	101	3.974,05
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	449039	174	289.364,91
0048 - GESTÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	339039	101	18.000,00
0049 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	332041	101	2.809.000,00
	442041	101	3.145.000,00
Total			6.265.338,96

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

Considerando a anualidade do orçamento, as despesas que não são totalmente executadas dentro do exercício em que foram iniciadas deverão ser classificadas como restos a pagar (RAP). Ou seja, as despesas que foram empenhadas no exercício corrente, mas que até o dia 31 de dezembro não foram liquidadas ou que foram liquidadas, mas não pagas até a data, farão parte do exercício financeiro subsequente, com a rubrica de restos a pagar.

Resultante da execução orçamentária do exercício, as despesas legalmente empenhadas e liquidadas, no valor de R\$ **2.695.362,01** (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e um centavo), foram inscritos em Restos a Pagar Processados, faltando apenas o pagamento, mais que, está garantida a disponibilidade financeira suficiente para a devida efetivação.

Com relação aos restos a pagar não processados inscritos no exercício, somam um montante de R\$ **6.265.338,96** (seis milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), que por motivos contratuais não passaram pelo estágio da liquidação e que sua inscrição foi garantida pelo ordenador de despesa.

4.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando:

a) Função, subfunção e programa de vinculação da ação;

Quadro 09– Função, Subfunção e Programa de vinculação da Ação	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	Dotação LOA
04- ADMINISTRAÇÃO	18.671.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	6.270.000,00
0005 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO-EIXO GESTÃO E FINANÇAS	6.270.000,00
2300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	1.340.000,00
2303 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SEPLAN	4.930.000,00
126 - Tecnologia da Informação	1.010.000,00

0048 - GESTÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	1.010.000,00
1000 - IMPLANTAÇÃO DO MODELO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS GEORREFERENCIADAS.	320.000,00
1001 - IMPLANTAÇÃO DA ESTRUTURA DE TI	320.000,00
2296 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	370.000,00
127 - Ordenamento Territorial	11.391.000,00
0049 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.391.000,00
1003 - ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL DO ESTADO DO AMAPÁ	437.000,00
2702 - TRANSFERÊNCIA AO DOMÍNIO DO ESTADO DE TERRAS ANTERIORMENTE PERTENCENTES À UNIÃO	5.954.000,00
2703 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO ESTADO DO AMAPÁ	5.000.000,00
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.274.586,00
694 - Serviços Financeiros	7.274.586,00
0007 - AMAPÁ EMPREENDEDOR	7.274.586,00
0004 - SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES DA AFAP	7.274.586,00
TOTAL	25.945.586,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

As despesas com a administração somam um montante de R\$ 18.671.000,00 (dezoito milhões, seiscentos e setenta e um mil reais), onde tivemos um montante de R\$ 6.270.000,00 (seis milhões, duzentos e setenta mil reais), referentes ao Planejamento e Orçamento, dos quais foram alocados em: Manutenção de Serviços Administrativos – SEPLAN e Gestão de Contrato e Convênios da SEPLAN; já as despesas com Tecnologia da Informação, somam um montante de R\$ 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais), direcionados a Gestão do Sistema de Planejamento Estadual, para as ações de Implantação do Modelo Estadual de Informações Estatísticas Georreferenciadas, Implantação da Estrutura de TI e Fortalecimento do Sistema de Planejamento Estadual, o montante de R\$ 11.391.000,00 (onze milhões, trezentos e noventa e um mil reais), foram alocados para o Ordenamento Territorial, direcionados para o Zoneamento Ecológico Econômico e Ordenamento Territorial; já as despesas relacionadas a Comércio e Serviços, somam um montante de R\$ 7.274.586,00 (sete milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais), direcionados aos serviços financeiros correspondentes ao Amapá Empreendedor, para Subscrição de Ações da AFAP, perfazendo um montante no valor total de R\$ 25.945.586,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais), que corresponde a dotação da LOA.

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros;

Tabela 2 – Metas e Desempenho Físicos e Financeiros

PROGRAMA: 0005 – GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO – EIXO GESTÃO E FINANÇAS					
Ação	Dotação R\$		Execução (Empenhada)		
	Inicial	Final	Final R\$	% Inicial	% Final
2300-Manutenção Serviços Administrativos - SEPLAN	1.340.000,00	1.764.007,00	1.712.197,63	127,78	97,03
2303-Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN	4.930.000,00	4.909.460,00	4.571.519,27	92,72	93,12
Total	6.270.000,00	6.674.007,00	6.283.716,90	100,22	94,15
PROGRAMA: 0007 – AMAPÁ EMPREENDEDOR					
Ação	Dotação R\$		Execução (Empenhada)		
	Inicial	Atualizada	Final R\$	% Inicial	% Final
0004-Subscrição de Ações da AFAP	7.274.586,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Total	7.274.586,00	0,00	0,00	0,0	0,0
PROGRAMA: 0048 – GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL					
Ação	Dotação		Execução (Empenhada)		
	Inicial	Atualizada	Final R\$	% Inicial	% Final
2296-Fortalecim. Sistema Planejamento Estadual	370.000,00	47.623,00	47.384,23	12,81	99,50
1001-Implantação da Estrutura de TI	320.000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
1000-Impl.Modelo Estad. Informações Estatísticas	320.000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Total	1.010.000,00	47.623,00	47.384,23	4,69	99,50
PROGRAMA: 0049 – ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO E ORDENAMENTO TERRITORIAL					
Ação	Dotação		Execução (Empenhada)		
	Inicial	Atualizada	Final R\$	% Inicial	% Final
1003-Ordenam. Fundiário e Territorial do Estado	437.000,00	437.000,00	0,00	0,0	0,0
2702-Transf. Ao Domínio do Estado de Terras da União	5.954.000,00	5.954.000,00	5.954.000,00	100,0	100,0
2703-Zoneamen.Ecologico Econômico do Estado	5.000.000,00	0,00	0,00	0,0	0,0
Total	11.391.000,00	6.391.000,00	5.954.000,00	52,27	93,16
TOTAL SEPLAN	25.945.586,00	13.112.630,00	12.285.101,13	47,35	93,69

Fonte: PPA e SIPLAG

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações;

No ano de 2018, o orçamento da Secretaria de Estado do Planejamento foi contingenciado em 20%, consequentemente, as ações programadas para o referido exercício também sofreram o mesmo percentual de contingenciamento. Tal contingenciamento refletiu principalmente na Manutenção de Serviços Administrativos, devido a necessidade da aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender a atual estrutura organizacional do órgão.

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações.

Quadro 10 - Restos a Pagar por Ação

Restos a Pagar Processados Inscrito no Exercício			
Ação	Natureza da Despesa	Fonte	Valor R\$
2300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	339092	101	1.364.061,06
2303 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SEPLAN	449039	174	1.140.097,76
2303 - GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SEPLAN	339039	101	191.203,19
Total			2.695.362,01
Restos a Pagar Não Processados Inscrito no Exercício			
Ação	Natureza da Despesa	Fonte	Valor R\$
2296 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO ESTADUAL	339039	101	18.000,00
2300 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS SEPLAN	339033	101	3.974,05
2702 - TRANSFERÊNCIA AO DOMÍNIO DO ESTADO DE TERRAS ANTERIORMENTE PERTENCENTES À UNIÃO	332041	101	2.809.000,00
	442041	101	3.145.000,00
2703 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO NO ESTADO DO AP	449039	174	289.364,91
Total			6.265.338,96

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

Os restos a pagar processados inscritos no exercício totalizaram R\$ 2.695.362,01 (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e um centavos), onde R\$ 1.364.061,06 (um milhão, trezentos e sessenta e quatro mil, sessenta e um reais e seis centavos), foram aplicados na Manutenção de Serviços Administrativos da SEPLAN, o valor de R\$ 1.140.097,76 (um milhão, cento e quarenta mil, noventa e sete reais e setenta e seis centavos), na Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN, Natureza de Despesa – 4490.39 e R\$ 191.203,19 (cento e noventa e um mil, duzentos e três reais e dezenove centavos), na Gestão de Contratos e Convênios da SEPLAN, Natureza de Despesa – 3390.39.

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício, totalizaram R\$ 6.265.338,96 (seis milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), dos quais R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), foram aplicados no Fortalecimento do Sistema de Planejamento Estadual, R\$ 3.974,05 (três mil, novecentos e setenta e quatro reais e cinco centavos),

em Manutenção de Serviços Administrativos da SEPLAN, R\$ 2.809.000,00 (dois milhões, oitocentos e nove mil reais), na Transferência ao domínio do Estado de Terras anteriormente pertencentes à União, Natureza de Despesa – 3320.41, R\$ 3.145.000,00 (três milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), na mesma aplicação descrita, Natureza de Despesa – 4420.41 e R\$ 289.364,91 (duzentos e oitenta e nove reais, trezentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos), aplicados no Zoneamento Ecológico Econômico no Estado do Amapá.

Os restos a pagar foram atendidos dentro da disponibilidade financeira para o exercício de 2018, não impactando as atividades no resultado das ações propostas pela Secretaria de Estado do Planejamento.

4.3. Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira, contemplando, no mínimo:

a) Identificação das unidades orçamentária (UO) consideradas no relatório de gestão;

Código	Descrição
15101	Unidade Orçamentária
150101	Unidade Gestora

b) Programação orçamentária das despesas correntes, de capital e da reserva de contingência;

Quadro 11 – Programação de Despesa

Grupos de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhadas	Liquidada	Despesas do Exercício Pagas
150101 – SEPLAN	25.945.586,00	13.112.630,00	12.285.101,13	6.019.762,17	3.324.400,16
3 - Despesas Correntes	8.507.000,00	6.167.630,00	5.667.722,21	2.836.748,16	1.281.483,91
14 - Diárias - Civil	260.000,00	46.044,00	44.181,40	44.181,40	44.181,40
30 - Material de Consumo	250.000,00	80.662,00	80.662,00	80.662,00	80.662,00
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	400.000,00	126.501,00	80.846,86	76.872,81	76.872,81
36 - Outros Serviços de Terceiros – PF	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
37 - Locação de Mão-de-Obra	300.000,00	377.963,00	367.644,54	367.644,54	367.644,54
39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.530.000,00	826.148,00	821.076,35	803.076,35	611.873,16
41 - Contribuições	5.200.000,00	2.809.000,00	2.809.000,00	0,00	0,00
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	40.000,00	250,00	250,00	250,00	250,00
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	1.464.062,00	1.464.061,06	1.464.061,06	100.000,00
93 - Indenizações e Restituições	447.000,00	437.000,00	0,00	0,00	0,00
4 - Despesas de Capital	17.438.586,00	6.945.000,00	6.617.378,92	3.183.014,01	2.042.916,25

39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.800.000,00	3.800.000,00	3.472.378,92	3.183.014,01	2.042.916,25
41 - Contribuições	5.654.000,00	3.145.000,00	3.145.000,00	0,00	0,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	710.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	7.274.586,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

A programação de despesa, iniciou com uma dotação com uma dotação de R\$ 25.945.586,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e seis reais), sendo R\$8.507.000,00 (oito milhões, quinhentos e sete mil reais), referente a despesas correntes e R\$ 17.438.586,00 (dezessete milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais), de despesas de capital.

No decorrer do exercício de 2018, verificou-se que a dotação atualizada das despesas gerou um montante de R\$ 13.112.630,00 (treze milhões, cento e doze mil, seiscentos e trinta reais), havendo uma queda devido remanejamento para outras Secretarias, ficando as despesas correntes de R\$6.167.630,00 (seis milhões, cento e sessenta e sete mil, seiscentos e trinta reais), e de despesa de capital para R\$ 6.945.000,00 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais).

No exercício foi empenhado o montante de R\$ 12.285.101,13 (doze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e um reais e treze centavos), sendo R\$ 5.667.722,21 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e vinte e um centavos), de despesas correntes e R\$ 6.617.378,92 (seis milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), de despesa de capital.

Constatou-se que, as despesas liquidadas totalizaram o valor de R\$ 6.019.762,17 (seis milhões, dezenove mil, setecentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos), discriminadas em R\$2.836.748,16 (dois milhões, oitocentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e dezesseis centavos), referente a despesas correntes e R\$ 3.183.014,01 (três milhões, cento e dezoito e três mil, quatorze reais e um centavos), de despesas de capital; o fechamento das despesas pagas no exercício resultou num montante de R\$ 3.324.400,16 (três milhões, trezentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais e dezesseis centavos), onde R\$ 1.281.483,91(um milhão, duzentos e oitenta e um mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos), eram referentes a despesas correntes e R\$ 2.042.916,25 (dois milhões, quarenta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), de despesas de capital.

Ademais, a reserva de contingência possui uma Unidade Gestora própria, portanto, esta UJ não tem orçamento de reserva.

c) Demonstração dos limites impostos por cronograma de desembolso definido pelos órgãos competentes, explicitando o impacto das limitações na execução das ações de responsabilidade da unidade jurisdicionada.

Por conta do contingenciamento, decorrente da crise fiscal enfrentada por toda a Administração Pública Brasileira, a SEPLAN priorizou a execução de suas atividades-fim, restringindo a realização de visitas técnicas e participação em eventos (despesas com diárias e

passagens), postergou a manutenção predial (considerando que ainda não havia risco relevante para os servidores, população e patrimônio público).

Com relação ao impacto do contingenciamento orçamentária notou-se que algumas ações desta UJ não atingiram a meta programada em suas totalidade.

d) Movimentação de créditos interna e externa;

Quadro 12 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG – 150101		Decreto	Despesas Correntes		
	Ação Concedente	Ação Recebedora		1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da Dívida	3-Outras Despesas Correntes
Suplementação	-	2300	Nº 2861	-	-	1.464.062,00
	-	2702	Nº 3389	-	-	1.509.000,00
Redução/Anulação	2703	-	Nº 2861	-	-	1.464.062,00
	2703	-	Nº 3389	-	-	1.062.390,00
Origem da Movimentação	UG -150101		Decreto	Despesas de Capital		
	Ação Concedente	Ação Recebedora		4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6-Amortização da Dívida
Suplementação	-	2303	Nº 0430	260.000,00	-	-
	-	1001	Nº 2316	140.000,00	-	-
Redução/Anulação	1000	-	Nº 0430	100.000,00	-	-
	1001	-	Nº 0430	160.000,00	-	-
	2303	-	Nº 2316	140.000,00	-	-
	2702	-	Nº 3389	446.610,00	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ CGO/DOE/UF- Unidade de Finanças

A movimentação orçamentária interna de 2018, referente a UG 150101, sendo a anulação/redução no montante de R\$ 3.373.062,00 (três milhões, trezentos e setenta e três mil, sessenta e dois reais) em despesas correntes e despesas de capital, conforme Decretos publicados no Diário Oficial do Estado.

Quadro 13– Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Decreto	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	150101	250201	Nº 2210	-	-	1.120.749,00
	150101	130101	Nº 4745	-	-	2.005.231,00
	420101	150101	Nº 4053	-	-	340.000,00
Origem da Movimentação	UG		Decreto	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	150101	020101	Nº 1433	1.062.390,00		
	150101	180101	Nº 1433	1.000.000,00		
	150101	090201	Nº 2765	-	200.000,00	-

Concedidos	150101	210101	Nº 2765	-	1.351.303,00	-
	150101	230203	Nº 2765	-	750.000,00	-
	150101	270101	Nº 2765	-	200.000,00	-
	150101	290101	Nº 3284	-	202.168,00	-
	150101	210101	Nº 3284	-	1.000.000,00	-
	150101	130204	Nº 3726	-	337.750,00	-
	150101	180101	Nº 3726	-	150.000,00	-
	150101	330101	Nº 3726	-	512.250,00	-
	150101	330301	Nº 4162	-	1.000.000,00	-
	150101	090201	Nº 4162	-	80.080,00	-
	150101	370101	Nº 4215	-	587.331,00	-
	150101	130101	Nº 4745	710.000,00	-	-
	150101	130101	Nº 4745	-	903.704,00	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ CGO/DOE/UF- Unidade de Finanças

Durante o exercício, foram concedidos créditos orçamentários por movimentação externa pela UG 150101, no montante de R\$ 13.172.956,00 (treze milhões, cento e setenta dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais), assim distribuídos, R\$3.125.980,00 (três milhões, cento e vinte cinco mil, novecentos e oitenta reais), de despesas correntes e R\$10.046.976,00 (dez milhões, quarenta seis mil, novecentos e setenta seis reais), de despesas de capital. A movimentação externa recebida na UG 150101 no valor R\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil), em Despesa Correntes, conforme Decretos publicados no Diário Oficial do Estado.

e) Execução das despesas por modalidade de licitação e por elemento de despesa;

Quadro 14 - Execução das despesas por modalidade de licitação e elementos de despesa

Modalidade de Contratação	Despesas Executadas		Despesas Pagas	
	2018	%	2018	%
1. Modalidades de Licitação (a+b)	3.686.212,10	30,01	2.252.775,38	67,76
a) Concorrência	3.472.378,92	28,26	2.042.916,25	61,45
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.472.378,92	28,26	2.042.916,25	61,45
b) Pregão	213.833,18	1,74	209.859,13	6,31
30 - Material de Consumo	79.162,00	0,64	79.162,00	2,38
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	80.846,86	0,66	76.872,81	2,31
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	53.824,32	0,44	53.824,32	1,62
2. Contratações Diretas (c+d)	2.596.707,63	21,14	1.023.443,38	30,79
c) Dispensa de Licitação	1.831.705,60	14,91	467.644,54	14,07
37 - Locação de Mão-de-Obra	367.644,54	2,99	367.644,54	11,06
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	1.464.061,06	11,92	100.000,00	3,01
d) Inexigibilidade	765.002,03	6,23	555.798,84	16,72
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	764.752,03	6,23	555.548,84	16,71
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	250,00	0,00	250,00	0,01

3. Regime de Execução Especial (e+f)	5.958.000,00	48,50	4.000,00	0,12
e) Suprimento de Fundos	4.000,00	0,03	4.000,00	0,12
30 - Material de Consumo	1.500,00	0,01	1.500,00	0,05
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.500,00	0,02	2.500,00	0,08
f) Outros / Não Aplicável	5.954.000,00	48,47	0,00	0,00
41 – Contribuições	5.954.000,00	48,47	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal	44.181,40	0,36	44.181,40	1,33
g) Diárias	44.181,40	0,36	44.181,40	1,33
14 - Diárias – Civil	44.181,40	0,36	44.181,40	1,33
Total das Despesas	12.285.101,13	100,00	3.324.400,16	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

O desempenho da execução orçamentária e financeira, em relação a modalidade de licitações e elemento de despesas, referente ao exercício de 2018, deu-se nos seguintes moldes:

- As modalidades de licitações, alcançaram o valor de despesas executadas, no montante de R\$ 3.686.212,10 (três milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, duzentos e doze reais e dez centavos), montante este representado em 30,01%, em relação ao total das despesas, enquanto que, as despesas efetivamente pagas, somaram um montante de R\$ 2.252.775,38 (dois milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e trinta e oito centavos), representando 67,76% das despesas totais pagas. Dessas totalidades das modalidades de licitação, o montante de R\$ 3.472.378,92 (três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e oito reais e noventa e dois centavos), equivale a modalidade de concorrência, totalizando 28,26% do total das despesas executadas e 61,45% do montante de R\$ 2.042.916,25 (dois milhões, quarenta e dois mil, novecentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), referente ao total das despesas pagas, vale ressaltar, que tais despesas foram oriundas de outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; já a modalidade pregão, obteve um montante de R\$ 213.833,18 (duzentos e treze mil, oitocentos e trinta e três reais e dezoito centavos), equivale a 1,74% das despesas totais executadas, mais que, desse total, apenas R\$ 209.859,13 (duzentos e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e treze centavos), efetivamente pagos, representando 6,31% do total das despesas pagas, as despesas referentes o citado pregão, se deram, em relação as despesas totais executadas em, 0,64% em material de consumo, 0,66% com passagens e despesas com locomoção, e, 0,44% com outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica, sendo que, em relação as despesas totais pagas, representaram respectivamente, 2,38%, 2,31% e 1,62%.
- Contratações diretas, somaram R\$ 2.596.707,63 (dois milhões, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e sete reais e sessenta e três centavos), das despesas totais executadas, representando 21,14%. Em relação as despesas totais pagas, somou-se um montante de R\$ 1.023.443,38 (um milhão, vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e oito centavos), representando 30,79% das despesas totais pagas, vale ressaltar que as contratações diretas, foram alocadas em, dispensa de licitação, no valor de R\$ 1.831.705,60 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e cinco reais e sessenta centavos),

representando 14,91%, do total das despesas executadas e R\$ 467.644,54 (quatrocentos e sessenta e sete mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), referente as despesas totais pagas, que representa 14,07% das mesmas, vale ressaltar que tais montantes referente a dispensa de licitação, equivalem a 2,99%, de locação de mão-de-obra e 11,92%, de despesas de exercícios anteriores, sendo que tais referências dizem respeito as despesas totais executadas e, referentes as despesas totais pagas, respectivamente alcançaram os percentuais de 11,06% e 3,01%. Já as despesas, referentes a inexigibilidade, alcançaram um montante de despesas totais executadas de R\$ 765.002,03 (setecentos e setenta e cinco mil, dois reais e três centavos), totalizando o percentual de 6,23%. Já em relação as despesas totais pagas, somaram um montante de R\$ 555.798,84 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos), representando 16,71%, sendo que, a inexigibilidade recaiu sobre outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica e obrigações tributárias e contributivas, onde, respectivamente a representação de despesas totais executadas, foram de 6,23% e 0%, e as despesas totais pagas representaram 16,71% e 0,01%.

- O regime de execução especial, alcançou o montante de R\$ 5.958.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e oito mil reais), com percentual de 48,50% em relação as despesas totais executadas e 0,12% de representatividade nas despesas totais pagas. Dentro do regime de execução especial, o montante foi dividido em suprimento de fundos e outros/não aplicáveis. O primeiro somou R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de despesas totais executadas, 0,03% e R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) de despesas totais pagas e 0,12%, onde observa-se, que, o mesmo, subdivide-se em material de consumo no montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), 0,01% e outros serviços de terceira pessoa jurídica, no montante de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), 0,02%, isto em relação do total de despesas executadas, enquanto que, os montantes respectivamente de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) 0,05% e R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), 0,08%, dizem respeito as despesas totais pagas; o segundo subdivide-se em contribuições, com o mesmo percentual de 48,47%, das despesas totais executadas, onde o montante de R\$ 5.954.000,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais), não foram efetivados nos totais de despesas pagas.
- O pagamento de pessoal, refere-se exclusivamente, a diárias-civil, representando um montante de R\$ 44.181,40 (quarenta e quatro mil, cento e oitenta e um reais e dez centavos), 0,3%, referente as despesas totais executadas, vale salientar que, o montante foi efetivamente pago, totalizando 1,33%, das despesas pagas.

Em suma, do total de despesas no montante de R\$ 12.285.101,13 (doze milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e um reais e treze centavos), apenas R\$ 3.324.400,16 (três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos reais e dezesseis centavos), foram efetivamente pagas.

f) Demonstração e análise de indicadores institucionais para medir o desempenho orçamentário e financeiro, caso tenham sido instituídos pela unidade.

No momento a UJ não possui indicadores de desempenho orçamentário e financeiro.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não foi realizado nenhum processo de reconhecimento de dívida durante o exercício de 2018 na Secretaria de Estado do Planejamento. As insuficiências foram gerenciadas através do contingenciamento, com a redução da execução de atividades/ações inicialmente previstas.

5.2. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores.

Quadro 15 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores e Despesas de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados					
Unidade Gestora/Credor	Ano de Inscrição	Montante 01/01/2018 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2018 (d)=(a-b-c)
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO		83.314,99	13.909,36	68.674,51	731,12
Tribunal de Justiça do Estado	2010	65.762,17	-	65.762,17	-
Locavel Serviços Ltda	2014	13.909,36	13.909,36	-	-
Maria Augusta Esteves Pereira	2014	731,12	-	-	731,12
Terra Engenharia Soluções	2015	2.912,34	-	2.912,34	-
Restos a Pagar Não Processados					
Unidade Gestora / Credor	Ano de Inscrição	Montante 01/01/2018 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2018 (d)=(a-b-c)
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO		866.137,88	381.446,27	484.690,61	1,00
Doctus Consultoria Ltda	2012	11.966,88	-	11.966,88	-
STCP Engenharia de Projetos Ltda	2014	288.284,24	-	288.284,24	-
	2015	141.308,70	-	141.307,70	1,00
	2016	40.477,21	-	40.477,21	-
Terra Engenharia Soluções	2014	2.646,58	-	2.646,58	-
2º Centro de Geoinformação	2015	8,00	-	8,00	-
Drive A Informática Ltda	2017	262.232,00	262.232,00	-	-
Teracom Telemática S/A	2017	16.143,69	16.143,69	-	-
Puhl Informática Ltda - ME	2017	9.394,60	9.394,60	-	-
Artec Refrigeração Serviços e	2017	7.875,00	7.875,00	-	-
GL Eletro - Eletronicos Ltda	2017	26.350,00	26.350,00	-	-
Logus Sistemas de Gestão	2017	59.450,98	59.450,98	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Gestão - SIPLAG/ UF- Unidade de Finanças

O Saldo inicial em 2018 de Restos a Pagar Processados de Exercícios Anteriores é de R\$83.314,99 (oitenta e três mil, trezentos e quatorze reais, noventa e nove centavos), dos quais foram pagos R\$13.909,36 (Treze mil, novecentos e nove reais e trinta e seis centavos) e cancelados R\$68.674,51 (sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavo), levando o fechamento do exercício de 2018 com saldo a pagar de R\$731,12 (setecentos e trinta um reais e doze centavos).

Importante frisar que o saldo inicial do exercício de 2010 trata-se de remanescente de sentenças Judiciais das quais estas ações não pertencem a esta jurisdição por este motivo foi oficializado o cancelamento.

Quanto a análise de restos a pagar não processados, tem-se no início do exercício 2018, o montante de R\$866.137,88 (oitocentos e sessenta e seis mil, cento e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), dos quais foram pagos R\$381.446,27 (Trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e sete centavos) e cancelados R\$484.690,61 (Quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais e setenta e um centavo), ficando apenas um saldo de R\$1,00 (um real) de diferença de nota de liquidação que será cancelado posteriormente.

Consideramos uma gestão institucional positiva, em relação aos restos a pagar, visto que o pagamento dessas despesas advindas de exercícios anteriores mostra que a gestão deu sequência à execução da despesa, encerrando uma obrigação para com os seus credores.

5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência, contemplando, no mínimo:

No exercício de 2018, não houve transferência de recursos para celebração de convênios, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou de mais acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

5.4. Informações sobre a utilização de contas bancárias e a concessão de suprimento de fundos contemplando a situação quanto a prestação de contas.

Foi concedido através de Portaria 049/2018-SEPLAN apenas 01 (um) suprimento de fundo, devidamente assinada pelo Ordenador de Despesas e publicada no Diário Oficial do Estado, emitida em nome do servidor Jaci Coriolano Silva Jucá, precedida das Notas de Empenhos 2018NE00049 e 2018NE00050, com finalidade a custear despesas de caráter de emergência desta Secretaria, o valor montante de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

O suprimento de fundos concedido nos seguintes elementos de despesa:

3390.30 -Material de Consumo, no valor R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

3390.39 - Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

O referido suprimento encontra-se em fase de prestação de contas em razão de bloqueio judicial, conforme processo nº Processo nº 28810.00086/2018.

5.5. Relação de contratos de operações de crédito realizadas no período, com suas respectivas leis autorizativas indicando a finalidade do recurso e as razões que ensejaram a operação.

No ano de 2018 não houve novas contrações de crédito. Sob a responsabilidade da SEPLAN está em vigência o Contrato nº 12.2.1443.1 – Programa de Desenvolvimento Humano Regional Integrado – PDRI, assinado pelo Estado com o BNDES, em 2013.

5.6. Informações sobre a gestão de precatórios.

A Coordenação de Gestão Orçamentária é responsável pela orçamentação dos recursos destinados aos precatórios, conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal. A informação sobre a gestão dos referidos precatórios é de competência da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme quadro a seguir detalhado:

Quadro 16 - Demonstrativo dos Encargos com Sentenças Judiciais/Precatórios

Unidade Gestora / Unidade Orçamentária / Ação	Natureza	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Crédito disponível	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas
140101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		18.863.153,00	3.997,00	3.997,00	0,00	0,00
0023 - ENCARGOS COM SENTENÇAS JUDICIAIS	319091	9.863.153,00	3.153,00	3.153,00	0,00	0,00
	339091	9.000.000,00	844,00	844,00	0,00	0,00

Fonte: SIPLAG

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

A Secretaria de Estado do Planejamento é composta pelos Secretários Titular e Adjunto, e pelos seguintes setores/unidades: ADINS, SIPLAG, NAF (Ativ. de Pessoal, Protocolo, Finanças, UCC, Transporte/Serv. Gerais e Material e Patrimônio), CGO, CMG, COPLAN, COPESEF, CPL, CMRE, e Gerências (GECAP, NEGEP e TERRA LEGAL).

Em sua estrutura a SEPLAN possui **60** Cargos Comissionados (02 vagos) sendo: **20** cargos ocupados por servidores estaduais, **21** federais e **19** sem vínculo.

Servidores requisitados de outros órgãos e esfera – 02 servidores federais (SEINF e Gabinete Civil) e 01 servidor sem vínculo da PGE sem ônus para folha desta SEPLAN;

A SEPLAN possui em seu quadro de pessoal **203**, sendo **52** servidores cedidos a outros órgãos e esfera: **02** servidores federais e **01** servidor estadual no TJAP, **01** servidor federal no TCE, **01**

servidor estadual na PMM, **01** servidor federal na ALAP e **01** servidor estadual no Senado Federal sem ônus para a folha desta SEPLAN, **11** servidores estaduais e **34** federais cedidos a outros órgãos.

No mês de Nov/2018, 02 servidores federais vieram a óbitos.

a) Demonstrativo da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela;

Tabela 3: Força de Trabalho da Unidade

Tipologia do Cargo	Ingresso no Exercício
1. - Serviços em Cargos Efetivos (Estaduais) lotados na SEPLAN (1.1+1.2+1.3+1.4)	62
1.1 – Servidores Estaduais lotados na SEPLAN (1.1.1+1.1.2)	43
1.1.1. Servidores Estaduais efetivos da SEPLAN, com cargos comissionados	10
1.1.2. Servidores Estaduais efetivos da SEPLAN, que não ocupam cargos comissionados	33
1.2 – Servidores Estaduais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos	12
1.3 – Servidores Estaduais de outros órgãos a disposição da SEPLAN ocupante de cargo comissionado	05
1.4 – Servidores Estaduais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos esferas	02
2. - Servidores Sem Vínculos (cargo comissionado)	11
2.1– Servidores sem vínculo (cargos) com a Administração Pública	11
3. - Servidores Temporários (3.1+3.2+3.3)	31
3.1 – Servidores com Contrato Temporário	16
3.2 - Servidores em Gerências Temporário (c/Vínculo)	09
3.3 – Servidores em Gerências Temporário (S/ Vínculo)	06
4. – Servidores Federais (4.1+4.2+4.3+4.4)	99
4.1 – Servidores Federais lotados na SEPLAN (4.5+4.6)	59
4.1.1- Servidores Federais exercendo cargo comissionado	21
4.1.2- Servidores Federais que não ocupam cargo comissionado na SEPLAN	38
4.2 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos	34
4.3 – Servidores Federais de outros órgãos à disposição da SEPLAN	02
4.4 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos esferas	04
5. – Total Geral de Servidores (1+2+3+4)	203

Fonte: Setor de Pessoal/NAF

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade.

Tabela 4: Faixa Etária

Tipologias de Cargos	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 41 anos	De 42 a 52 anos	De 53 a 60 anos	Cima de 61 anos
1. Provisamento de Cargo Efetivo (1.1+1.2+1.3+1.4)	0	10	32	13	06
1.1 - Servidores Estaduais lotados na SEPLAN	0	06	23	09	04
1.2 – Servidores Estaduais à disposição de outros órgãos	0	01	07	02	02
1.3 – Servidores Estaduais de outros órgãos à disposição d SEPLAN	0	03	01	01	0
1.4 - Servidores Estaduais à disposição de outros órgãos ou esfera	0	0	01	01	0
2. Provisamento de Cargo em Comissão (Sem Vínculo) (2.1+2.2+2.3)	15	20	05	01	02
2.1 - Cargos de Natureza Especial	02	06	01	01	01
2.2 – Contratos Temporários	11	05	0	0	01
2.3 - Gerência Temporária	02	09	04	0	0

3. Servidores Federais (3.1+3.2+3.3+3.4)	0	0	07	55	37
3.1 – Servidores Federais lotados na SEPLAN	0	0	02	33	24
3.2 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos	0	0	04	17	13
3.3–Servidores Federais de outros órgãos à disposição da SEPLAN	0	0	0	2	0
3.4 - Servidores Federais à disposição de outros órgãos ou esfera	0	0	1	3	0
1. Totais (1+2+3)	15	30	44	69	45

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

Tabela 5: Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade

Tipologias de Cargos	Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade						
	1	2	3	4	5	6	7
1. Provimento de Cargo Efetivo (1.1+1.2+1.3+1.4)		1	13	28	15	4	1
1.1 - Servidores Estaduais lotados na SEPLAN		1	8	19	11	3	1
1.2 – Servidores Estaduais à disposição de outros órgãos			4	8			
1.3 – Servidores Estaduais de outros órgãos à disposição da SEPLAN			1	1	3		
1.4 - Servidores Estaduais à disposição de outros órgãos ou esfera					1	1	
2. Provimento de Cargo em Comissão (Sem Vínculo)			3	5	3		
2.1 - Servidores Sem Vínculo (cargos) com a Administração Pública			3	5	3		
3. Servidores Temporários (3.1+3.2+3.3)			16	13	2		
3.1 – Servidores de Contratos Temporários			12	3	1		
3.2 – Servidores de Gerência Temporária (c/vínculo)			2	6	1		
3.3 - Servidores de Gerência Temporária (s/vínculo)			2	4			
4. Servidores Federais (4.1+4.2+4.3+4.4)	3	4	33	33	26		
4.1 – Servidores Federais lotados na SEPLAN	3	0	16	22	18		
4.2 – Servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos		4	16	9	5		
4.3–Servidores Federais de outros órgãos à disposição da SEPLAN				1	1		
4.4 – servidores Federais lotados na SEPLAN à disposição de outros órgãos ou esfera			1	1	2		
5. Totais (1+2+3+4)	3	5	65	79	46	4	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1. Fundamental Incompleto; 2. Fundamental Completo; 3. Ensino Médio; 4. Ensino Superior; 5. Especialização; 6. Mestrado; 7. Doutorado

Fonte: Atividade de Pessoal/SEPLAN

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos

A manutenção dos recursos humanos no ano de 2018 foram todos gerenciados pela Secretaria de Estado da Administração – SEAD, uma vez, que esta SEPLAN, alimenta as informações no sistema SIGRH e a Seda processa e encaminha para os demais procedimentos.

No exercício de 2018 a SEPLAN, obteve um custo com o pagamento dos recursos humanos no montante de **R\$ 9.869.576,89** (Nove Milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos), conforme discriminado mensalmente no quadro abaixo:

Tabela 6 – Detalhamento Mensal de Custos dos Recursos Humanos

Tipologia/Mês	Total de Servidores no Mês	Total de Proventos Geral no mês	Total de Descontos Geral no mês	Total Líquido Geral
Jan/2018	165	725.918,93	215.318,70	510.600,23
Fev/2018	164	712.418,50	212.980,16	499.438,34
Mar/2018	164	720.826,90	216.360,48	504.166,42
Abril/2018	164	717.168,86	214.082,05	503.086,81
Mai/2018	165	745.259,46	221.615,37	523.664,09
Jun/2018	167	825.386,30	244.076,50	581.309,80
Jul/2018	170	781.886,50	231.345,82	550.540,68
Ago/2018	167	754.762,42	229.066,47	525.695,95
Set/2018	168	758.313,23	228.173,04	530.140,19
Out/2018	168	756.046,40	227.331,65	528.714,75
Nov/2018	167	756.117,83	227.688,04	528.429,79
Dez/2018	168	878.335,93	256.670,40	621.665,53
13º Sal/2018	165	737.135,63	482.306,97	254.531,66
TOTAL	-	9.869.576,89	3.207.015,65	6.661.984,24

Fonte: Relatório de Conferência/SIGRH

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionista

Esclarecemos que esse controle é realizado pela SEAD a qual é responsável direta quando se trata de servidores Estaduais, e da mesma forma, através da Superintendência da Administração do Ministério do Planejamento (SAMP) quando se trata de Servidores Federais do Ex-Território.

Conforme levantamento realizado, não houve nenhum caso de servidor tanto do Estado quanto do Ex-Território que estavam em atividades na SEPLAN, que tenha solicitado a inatividade.

e) Providências adotadas nos casos específicos de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art.37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 19/98 e 34/201).

Considerando que o controle é externo, e é realizado pela SEAD a qual é responsável direta quando está se tratando de servidores Estaduais, da mesma forma, através da SAMP quando se tratar de servidores Federais do Ex-Território.

No entanto, temos nosso controle interno com o objetivo de analisar, acompanhar e corrigir a folha, antes de ser homologada pela SEAD. Desta forma, no exercício de 2018 não houve nenhum caso de servidor tanto do Estado quanto do Ex-Território, que acumulou cargos ou funções públicas vedadas pelo artigo que a referida Lei.

f) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 135 da Lei nº 066/1993.

Como o controle é externo, e é realizado pela SEAD a qual é responsável direta quando se trata de servidores Estaduais, e da mesma forma, através da SAMP quando se tratar de servidores Federais do Ex-Território.

No ano de 2018 esta Secretaria de Planejamento não detectou nenhum servidor que tenha acumulado cargos ou funções públicas conforme preconiza a referida Lei.

g) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

A SEPLAN não estabeleceu indicadores gerenciais sobre recursos humanos no ano de 2018. Este estudo de indicadores é realizado pela SEAD a qual tem o total controle dos servidores dos órgãos ou entidades do Executivo Estadual.

6.2. Informações sobre a terceirização de mão de obra e sobre o quadro de estagiários

A Secretaria de Planejamento possui (01) um contrato de locação de mão de obra, celebrado com a Empresa JCA Serviços Ltda, através do Contrato Emergencial nº 001/2018-SEPLAN, tendo como objeto a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, jardinagem, copeiragem e serviços de portaria, com vigência de 180 dias, no valor de R\$ 261.506,88 (duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme quadro abaixo:

Quadro 17 – Demonstrativo de Locação de Mão de Obra

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO POR COLABORADOR	VALOR POR COLABORADOR	VALOR MENSAL	VALOR DO CONTRATO
01	Servente	09	3.107,75	27.969,75	167.818,52
02	Copeiro	02	2.597,04	5.194,08	31.164,46
03	Jardineiro	01	2.679,08	2.679,08	16.074,44
04	Servente líder	01	2.582,83	2.582,83	15.497,00
05	Porteiro	02	2.579,36	5.158,74	30.952,42
TOTAL		15	13.546,06	43.584,48	261.506,88

Fonte: Proposta da empresa JCA Ltda e Contrato vigente

Ademais, informamos que a Secretaria de Estado do Planejamento, não possui estagiários contratados.

6.3. Informações sobre a necessidade de realização de concurso público nos diversos níveis de trabalho da administração.

Foi lançado o edital no exercício de 2018 pela Secretaria de Estado Administração-SEAD, através de concurso público, visando suprir carências nas áreas de planejamento e gestão e finanças e controle. Para a SEPLAN serão chamados 10 (dez) analistas de planejamento e gestão.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos.

A Gestão de frota de veículos automotores da Seplan segue as normas que regulamentada o pela Secretaria de Administração do Estado-SEAD e adotados por todos os órgãos públicos do Estado.

O setor de transporte é o responsável pelo gerenciamento da frota de veículos, auxiliando nas atividades administrativas, tais como, circulação de materiais, de pessoas e documentos.

Quanto a aquisição de combustíveis a compra é concentrada a nível de Estado, cada órgão faz a destinação de recursos para a SEAD afim de que esta adquira os combustíveis junto a Petrobrás e posteriormente, conforme informação dos setores de transporte de cada órgão sobre a quantidade de veículos e demanda de cada Secretaria seja definido a cota anual de combustível. O consumo de combustível está demonstrado na tabela a seguir a seguir.

Tabela 7 – Consumo de Combustível

Consumo de combustível biodiesel tipo s-10		
Cota Estimada	Cota Consumida	Média de Consumo Km/L
6.600	3.680	5,9 km

Fonte : Setor de Transporte /NAF

Para atender as demandas institucionais contamos com uma frota composta por 02(dois) veículos terrestres automotores com idade de 5 (cinco) anos, 01(um) em perfeito estado de funcionamento com 69.215 quilômetros rodados e 01(um) na oficina aguardando liberação com 45.122 quilômetros rodados.

Segue a tabela abaixo com as informações detalhadas dos veículos:

Tabela 8 – Frota de Veículos Automotores

Ordem	Marca	Modelo	Placa	Idade Média	Ano de fabricação	Km Rodados /2018
1	Mitsubishi	l200 Triton	NEM 4332	15 anos	2013	17.478
2	Mitsubishi	l200 Triton	NEM 4322	15 anos	2013	0

Fonte: Setor de Transporte /NAF

7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros.

Esta UJ não dispõe de prédios locados de terceiros.

7.3. Relação de prédios alugados para o uso da UJ, identificado pelo menos a finalidade da locação, valor mensal e anual, índice de reajuste, vigência do contrato, locador.

Esta UJ possui apenas um prédio onde funciona as atividades da SEPLAN.

7.4. Relação de controle de aquisição dos bens patrimoniais.

Para melhorar a infraestrutura desta secretaria no referido exercício, foi dada continuidade na aquisição de equipamentos de informática por meio do Contrato nº 004/2017-SEPLAN, celebrado entre o Governo do Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e a Empresa Drive A Informática Ltda. A aquisição do referido objeto, constante na Ata de Registro de Preços nº 01/2017, vinculada ao Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2016-SEAD/DGL/SRP, solicitado através do Processo Administrativo nº 28810.00102/2017-SEPLAN, conforme detalhes específicos abaixo:

Tabela 9 - Aquisição dos Bens Patrimoniais

Descrição	Quant.	Data de Aquisição	Tipo de Aquisição	Situação Física	Valor Und. R\$	Valor Total-R\$
Computador 4ncl, 3,1 ghz, ch 4mb, 8gb ddr3, hd 500gb, led 20	52	18/01/2018	Ata de Registro de Preço nº 01/2017	novo	3.655,00	190.060,00
Gravador de DVD, externo, USB	2	18/01/2018	Ata de Registro de Preço nº 01/2017	novo	144,00	288,00
Monitor de Vídeo Led, 21,5" Widescreen	4	18/01/2018	Ata de Registro de Preço nº 01/2017	novo	646,00	2.584,00
Computador 4ncl, 3,6 ghz, ch 8mb, 16gb ddr3, hd 1tb, led 21,5"	14	26/02/2018	Ata de Registro de Preço nº 01/2017	novo	4.950,00	69.300,00

Fonte: Material e Patrimônio/ NAF

7.5. Relação de bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio.

Via anexo

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 Informações sobre a gestão da tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

a) Planejamento da área;

Quadro 18 - Planejamento da Área

Descrição da Situação da AÇÃO 1001 – Implantação da Estrutura de TI	Resultado Esperado
Conforme requerimento 03/2018 de 01/03/2018 da Assessoria Técnica de TI para ADINS. Em relação a aquisição de equipamentos de TI estamos aguardando a finalização da licitação da PGE, pois a SEPLAN é copartícipe na INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2018 CSRP/CLC/PGE equipamentos, suprimentos e ferramentas TI da PGE	Final da Licitação da PGE para que possamos empenhar para o fornecimento dos produtos como computadores, notebooks, impressoras e suprimentos de TI
Conforme requerimento 06/2018 da TI para ADINS Informo que a Seplan é copartícipe de uma ATA de Registro de Preço, realizado pela PGE Amapá, para aquisição de licenças de softwares. Desta forma foi solicitado a aquisição de Licenças de antivírus, e de Windows 10 conforme descrito abaixo: Ata: 23/24_2018 - Aquisição de Licenças de Softwares Vigência:01/06/2018 – 01/06/2019	Empenho para a entrega do produto pelo fornecedor
Conforme requerimento 02/2018 de 08/02/2018 da TI para ADIN Foi solicitado a contratação de empresa ou profissionais especializados para realizar análise, projeto e execução de instalação da rede elétrica e de rede lógica para computadores e para SEPLAN como um todo.	Conclusão do processo licitatório da PGE
Conforme requerimento 07/2018 de 11/09/2018 da TI para ADINS Foi solicitado a aquisição de projetores multimídia, acess point (roteadores WIFI) para a SEPLAN. Foi sugerido a adesão da ATA da PGE, Registro de Preço, para aquisição de alguns equipamentos de TI. Ata: 49-52/17 – Registro de preço para Aquisição de equipamentos de TI Vigência: 07/12/2017 - 07/12/2018	Adesão a ATA para posterior empenho e entrega dos equipamentos
Para melhorar a infraestrutura de TI para as Salas de equipamento, foi solicitado via Requerimento 01/2018 de 23 de janeiro de 2018, da TI para ADINS, centrais de ar condicionado, devido as mesmas apresentarem defeitos constantes, e deixando o ambiente de equipamentos de rede e computadores com a função de servidor de rede sobreaquecidos. Vários equipamentos de redes, switches apresentaram defeito, quando o ambiente estava "quente", sem refrigeração adequada. Aguardando as aquisições	Empenho para entrega e instalação. Manter os equipamentos em condições e temperatura adequada de funcionamento
Conforme Requerimento 01/2018 da Assessoria de Desenvolvimento Institucional de TI para ADINS. Foi solicitado a aquisição de Centrais de Ar para as Salas de TI e equipamentos, pois os equipamentos switches de rede estavam apresentando defeito com o sobreaquecimento	Viabilizar condições adequadas para o funcionamento dos equipamentos, assim com evitar a paralização dos serviços em rede de computadores devido a travamento ou "queima dos equipamentos"
Nenhuma das solicitações de aquisições foi concluída.	Não houve aquisições ou geração de empenhos
Houve problemas nas licitações de INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2018 CSRP/CLC/PGE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS e FERRAMENTAS TI da PGE	Licitação sem sucesso

b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;

Quadro 19 - Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

SERVIDOR	CARGO/PERFIL	MANHA	TARDE
Tarabey Gomes Brito	Analista de Tecnologia da Informação – Assessor Técnico Nível I / ADMINS - Redes de computadores	X	X
Celso Rafael Albuquerque dos Santos	Analista de Tecnologia da Informação – Análise de Sistemas e Bando de Dados	X	
Richard Dias da Costa	Analista de Tecnologia da Informação – Análise de Sistemas	Exercendo atividades na SEAD/SIGRH	
Alan Gemaque da Silva	Analista de Tecnologia da Informação – Suporte de Sistemas e Suporte ao Usuário	X	
Celso Brito	Analista de Tecnologia da Informação – Análise e Suporte de Sistemas	X	
Carlos Alexandre Monteiro da Silva	Técnico em Informática – Redes de Computadores		X
Cristian Socorro da Silva Guerreiro	Técnico em Informática – Desenvolvedor/Programador e suporte ao IPC	X	
Rodrigo Sebastiani	Técnico em Informática – Análise, desenvolvedor/Programador	X	
Denys Vieira Campos	Técnico em Informática – Suporte ao usuário e manutenção	Atividades SEAD Diário Eletrônico	
Juliano Del Castilo Ferreira	Técnico em Informática – Suporte ao usuário e manutenção	X	
Rafael Macedo	Analista/ contrato de técnico em TI – Suporte ao usuário e manutenção	X	X
Russevel Marcos Carvalho Monteiro	Técnico em Informática – Desenvolvedor/Programador	Exercendo atividades na SEAD/SIGRH	
Tadeu Bonfim Salgado	Técnico em Informática – Federal – Atendimento/recepção	X	X

Fonte: NAF

c) Segurança da informação;

A Assessoria de Desenvolvimento Institucional – ADINS na SEPLAN, detém dentre várias atribuições, as de área de Tecnologia da Informação também. As atividades e políticas de segurança estão ligadas diretamente às políticas do PRODAP.

Devido à falta de equipamentos, *software* e infraestrutura física e de redes, não há servidor de arquivos centralizado assim como outros serviços de redes, pois o ambiente da sala de equipamentos não está climatizado corretamente, o que vem danificando (“queimando”) os equipamentos. Não há política de Segurança, apenas alguns procedimentos.

Em 2016 foi solicitado ao PRODAP, 03 (três) servidores virtuais para SEPLAN (Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados e Servidor de Arquivos). Somente o servidor de Aplicação foi disponibilizado. Em 2017 houve reuniões junto ao PRODAP para a implantação dos demais. O servidor de arquivos envolverá o controle de acesso centralizado aos arquivos e documentos da SEPLAN, possibilitando uma melhor política de *backup*.

d) Desenvolvimento e produção de sistemas;

Quadro 20 - Sistemas em funcionamento na SEPLAN

Sistema	Descrição	Status
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Licitação, Material e Patrimônio)	Sistemas Cooperativo com módulos para Licitação, controle de Material e patrimônio, contratos e convênios.	- Módulo Patrimônio implantado. - Módulo de Material aguardando treinamento para implantação. - Módulo Contrato e Convênio (pendente).
PRODOC – Gerenciador Eletrônico de Documentos	Sistema Cooperativo para envio e recebimento de memorandos e ofícios dentro entre os Órgãos do Governo do Estado.	- Implantado e em Produção
SIGRH – Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Produção de Relatórios de Gestão e planejamento da SEPLAN, conforme perfil de acesso as informações do Sistema.	- Em produção, suporte ao setor de RH; extração de Relatórios para o Gabinete.

Fonte: ADINS

Quadro 21 - Desenvolvimento e Produção de Sistemas na SEPLAN ou de sua responsabilidade

Sistema	Descrição	Status
Portal Amapá em Números – Portal de Estatística do Estado do Amapá	Portal com informações estatísticas do Estado e Nacionais (IBGE).	- Sistema pronto. Aguardando lançamento pelo gabinete da SEPLAN.
SISPC - Sistema de Controle de Pagamentos de Crédito (BNDES e Bancos)	Sistema de Gestão de Operações de crédito – Faz controle dos pagamentos relacionados a contratos de financiamentos como os de obras.	- Em desenvolvimento. - Aguardando ajustes no SIPLAG para integração dos sistema e posterior implantação.
IPC Atual – Sistema de Índices de Preços (solução de terceiros com licença de uso)	Cálculo do Índices de Preços	- Suporte técnico ao usuário. - Pendente consultoria para atualização da versão do sistema (POF).
IPC Novo	Versão do IPC para acesso via WEB.	- Análise e criação do banco de dados concluída. - Aguardando consultoria para iniciar desenvolvimento.
GEO – Base Cartográfica do Estado do Amapá (Projeto e sistema BDGEX instalado no PRODAP)	Criar estrutura organizacional para administrar, controlar e disseminar a Base Cartográfica do Estado do Amapá.	- Implantado o sistema BDGEX. - Aguardando criação do Comitê Gestor. - Aguardando carga das imagens para integração com os demais Órgãos e continuidade do projeto.
Carteira de Convênios – GECAP	Gerenciador de Projetos para acesso a verbas federais para o Estado do Amapá, dentro de uma linha definida pelo PPA Federal, através do SINGOV.	- Em produção.

Fonte: TI/ADINS

– Suporte ao Usuário

Serviços:

- Atendimento ao usuário.
- Orientação Técnica.
- Manutenção de computadores.
- Instalação de software.

– REDES DE COMPUTADORES

Serviços:

- Planejamento da Infraestrutura de Rede cabeada e WIFI.
- Configuração e Instalação de Equipamentos de Rede.
- Manutenção da Rede Lógica.
- Monitoramento da Rede.
- Política de Segurança e controle de acesso à rede (pendente devido à falta de equipamentos e condições de trabalho).
- Política de Backup (pendente devido à falta de equipamentos).

– SITE SEPLAN

Serviços:

- Planejamento da estrutura do Site conforme padrões de Governo.
- Manutenção do Site junto ao PRODAP.
- Inserção de informações e documentos no Site conforme demanda das Coordenadorias.

Status: em produção;

– SERVIÇO DE VIDEOCONFERÊNCIA

Serviços:

- Configuração das permissões de acesso à Internet junto ao PRODAP.
- Testes e estabelecimento de conexão entre os equipamentos que farão para da videoconferência.
- Gerenciamento e agendamento das videoconferências junto ao gabinete.

– E-MAIL COORPORATIVO DA SEPLAN

Serviços:

- Criação e exclusão de e-mails para os usuários da SEPLAN.
- Administração e manutenção dos e-mails.
- Suporte ao usuário.

- ATUALIZAÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA IPC

e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI

Foi iniciado o processo de licitação para contratação de empresa para atualização do Sistema IPC, assim como realizar consultoria sobre as metodologias referente a POF 2008 do IBGE.

Status: Processo em andamento.

a) Da gestão de bens

Não há a gestão de bens de TI de forma geral, somente equipamentos de rede como switches, roteadores WIFI e os Computadores Desktops de responsabilidade dos técnicos de TI, são geridos em conjunto com o setor de material e patrimônio.

Os demais recursos computacionais como os computadores desktops, são geridos pelos próprios setores, de forma independente, sem a participação da TI na gestão ou alocação dos recursos computacionais, não podendo redistribuir conforme demanda de TI da Secretaria. Nestes casos ocorre o suporte ao usuário e manutenção no hardware e dos softwares.

Não há política de uso dos recursos computacionais para os usuários da SEPLAN.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

A Secretaria de Planejamento não instituiu nenhum plano de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, material de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras. Em desenvolvimento, em conjunto com PRODAP, SEAD, CGE e SEFAZ, para discussão de aplicação de modelo para todo o GEA, cfe. art. 3º da Lei nº 8.666/93.

9.2. Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos.

Não foi adotada uma política formal de racionalização desses recursos, fazemos menção da política de racionalização, como uso de papel e água somente o indispensável, energia elétrica nos intervalos de trabalho desligar todos os aparelhos nas reuniões, que se faz presente em todo corpo técnico da unidade.

No que tange à difusão de boas práticas de gestão sustentável, foram realizadas as seguintes ações:

- Realizou-se, em 2018, limpeza com frequência de calhas, retiradas de entulhos e sacolas plásticas em torno do prédio em combate à dengue;
- Incentivo ao uso de canecas pessoais em substituição aos descartáveis.

b) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

A SEPLAN não dispõe de controle da evolução histórica de consumo em valores monetários e quantitativos da energia elétrica utilizada pela unidade consumidora, a informação encontra-se consolidada na SEAD.

c) Informações a respeito do pagamento das faturas de energia elétrica e de água e esgoto.

Há um contrato da Secretaria de Estado da Administração- SEAD com a Companhia de Eletricidade do Amapá –CEA que contempla o pagamento das faturas de energia elétrica e de água e esgoto dos órgãos Estaduais. Por esse motivo todas faturas desta instituição, são encaminhadas a Secretaria de Estado da Administração- SEAD para pagamento.

9.3. Informações quanto ao estabelecimento e ao cumprimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Em desenvolvimento, em conjunto com diversos órgãos, com destaque para a SEMA, para discussão de aplicação de modelo para todo o GEA.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCE ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Nos atendimentos de demandas que apontam falhas nos relatórios de auditoria tanto do Controle Interno como o do Controle Externo, estas são encaminhadas a unidade competente da UJ para saneamento das impropriedades.

10.2. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Idem, para a resposta acima.

10.3. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Complementar 010/1995 (art. 97), relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Limitou-se ao envio à Secretaria de Estado de Administração – SEAD, no entanto, solicitamos a consideração de eventual falta como mera inconsistência, sujeita à recomendação, com o respectivo compromisso de saneamento no prazo de 30 (trinta) dias da entrega do presente, se considerado necessário por este e. TCE.

10.4. Relação referente a licitações, dispensas e inexigibilidade, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas.

Quadro 22 - Relação das Dispensas e Inexigibilidade

Modalidade de Licitação / Credor	Contrato	Descrição	Execução
Concorrência			3.472.378,92
STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA	Contrato nº 001/2014	2º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2014-SEPLAN, celebrado com a Empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda, tendo por objeto a contratação de empresa especializada na área de consultoria, para prestação de serviços técnicos especializados de assessoria técnica à Secretaria de Estado do Planejamento, no apoio ao gerenciamento, supervisão e assessoria ao Programa Amapá/BNDES-Desenvolvimento Humano Regional Integrado (PRDI) e do PROINVESTE.	3.472.378,92
Dispensa de Licitação			1.831.705,60
J.C.A.-SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA.	Contrato Emergencial nº 001/2018	Contrato Emergencial nº 001/2018 - SEPLAN, celebrado entre a Secretaria de Planejamento e a empresa J.C.A Serviços Especializados Ltda, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, jardinagem, copeiragem e serviços de portaria nas dependências da Secretaria de Planejamento.	120.435,96
	Contrato nº 006/2012	6º Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2012, celebrado entre a Secretaria de Planejamento e a empresa J.C.A Serviços Especializados Ltda, tendo por objeto a concessão de repactuação sobre o valor contratual dos serviços continuados de limpeza e conservação do prédio da Secretaria de Planejamento, atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2014, registrada no MET sob o nº AP000028/2014.	247.208,58
CREA-AP CONSELHO REGIONAL DE ENG.E AGRONOMIA DO AP		Valor referente a regularização dos órgãos do GEA junto ao CREA-AP, conforme Parecer Jurídico nº 614/2017-PPCM/PGE/AP e Processo nº 28810.00097/2017 - SEPLAN	1.464.061,06
Inexigível			765.002,03
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO LTDA/ESAFI.		Inscrição no Treinamento Gestão de Documentos Eletrônicos, promovido pela ESAFI-Escola de Administração e Treinamento Ltda	2.490,00

LOGUS SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LTDA.	Contrato nº 002/2015	Contrato nº 002/2015-SEPLAN, em seu 2º Termo Aditivo, celebrado entre o Governo do Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e a Empresa Logus Sistema de Gestão Pública Ltda, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, visando a manutenção corretiva, evolutiva e suporte técnico do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPLAG	594.509,83
	Contrato nº 002/2015	Contrato nº 002/2015-SEPLAN, em seu 3º Termo Aditivo, celebrado entre o Governo do Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e a Empresa Logus Sistema de Gestão Pública Ltda.	131.752,20
ARMANDO MITSUAKI NAKAMARU	Contrato nº 001/2018	Prestação de serviços e suporte em Tecnologia da Informação, visando à reestruturação do Sistema do Índice de Preços do Consumidor da cidade de Macapá-IPC/SEPLAN, com a readequação do banco de dados do referido Sistema e sua parametrização,	36.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL		Despesas com pagamento de multa por atraso na entrega da Declaração de Débitos Tributários Federais - DCTF, conforme Ofício nº 382/2018 – GAB/PGE e Despacho da CMRE/SEPLAN, de 26/11/2018 e Processo nº 28810.00116/2018.	250,00
Pregão			213.833,18
OFFICE PAPELARIA EIRELI	Contrato nº 002/2018	Adesão à Ata de Registro de Preço - SRP nº 001/2018 CPL/ALAP, em conformidade com Pregão Eletrônico nº 005/2017/CPL/ALAP e Parecer Jurídico nº 787/2018 - PLCC/PGE/AP, Processo nº 28810.00096/2018-SEPLAN.	79.162,00
MACAPABA-AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	Contrato nº 001/2016	Prestação de serviços de reserva, emissão de bilhetes, marcação, remarcação, cancelamento e reembolso de passagens aéreas nacionais e internacionais em viagens a serviços e eventos específicos a servidores do quadro permanente e requisições/comissionados e colaboradores eventuais da Secretaria de Estado do Planejamento-SEPLAN, conforme condições constantes no Processo nº 28810.00003/2017, 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2016-SEPLAN	80.846,86
DIGIMAQ INFORMATICA LTDA. - EPP	Contrato nº 002/2016	Contrato nº 002/2016-SEPLAN, celebrado com a Empresa Digimaq - Informática Ltda, tendo por objeto a prestação de serviços de locação de 04 (quatro) máquinas fotocopadoras monocromáticas, com serviços de reprografia (impressão, digitalização e reprodução de cópias) com fornecimento de equipamentos e insumos (tonner, revelador e correlatos, exceto papel), inclusive suporte, manutenção e disponibilização de sistema de gerenciamento para controle de	53.824,32

Fonte: SIPLAG.

DECLARAÇÃO

EU, ELIVALDO CÁSSIO DOS SANTOS RIBEIRO, CPF nº 415.724.672-15, Presidente da CPL / SEPLAN declaro junto ao órgão de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres até 2018 por esta unidade estão atualizadas, conforme estabelece lei de diretrizes Orçamentárias do exercício 2018 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

ELIVALDO CÁSSIO DOS SANTOS RIBEIRO
Presidente da CPL / SEPLAN

10.5. Relação referente a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres, bem como declaração da área responsável atestando que as informações estão atualizadas.

Quadro 23 – Relação de Contratos e Termos Aditivos

Contrato nº	Empresa Contratada (CNPJ)	Objetivo do Contrato	Prazo de Execução		Valor do Contrato - R\$			Publicação	
			Inicial	Final	Inicial	Último Aditivo	Total	Data	DOE/DOU
001/2017	01.021.577/0001-42	Aquisição de material de consumo (gêneros alimentícios)	02/08/2017	01/02/2018	28.674,30	-	28.674,30	11/08/2017	DOE 6501
002/2017	01.021.577/0001-42	Aquisição de material de expediente	16/08/2017	15/02/2018	184.562,80	-	184.562,80	18/08/2017	DOE 6506
004/2017	00.677.870/0003-61	Aquisição de equipamentos de informática	24/11/2017	23/11/2018	262.232,00	-	262.232,00	29/11/2017	DOE 6572
005/2017	52.618.139/0030-31	Aquisição de equipamentos de informática	24/11/2017	23/11/2018	26.350,00	-	26.350,00	29/11/2017	DOE 6572
006/2017	10.335.363/0001-31	Aquisição de suprimentos de informática	24/11/2017	23/11/2018	9.394,60	-	9.394,60	29/11/2017	DOE 6572
007/2017	02.820.966/0001-09	Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática	24/11/2017	23/11/2018	16.143,69	-	16.143,69	29/11/2017	DOE 6572
2º T. Aditivo Contrato 001/2016	09.419.837/0001-44	Serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais para a SEPLAN	28/03/2018	27/03/2019	350.000,00	87.500,00	437.500,00	02/04/2018	DOE 6651
1º T. Aditivo Contrato 002/2016	34.941.930/0001-61	Contratação de serviços de reprografia com fornecimento de equipamentos e insumos, inclusive suporte e manutenção e sistema de gerenciamento para controle de cópias	06/12/2017	05/12/2018	57.600,00	58.717,44	116.317,44	18/12/2017	DOE 6583
2º T. Aditivo Contrato 002/2015	72.624.679/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados na área da tecnologia da informação, visando à manutenção corretiva, evolutiva e suporte técnico do SIPLAG	09/11/2017	08/11/2018	676.815,73	713.411,79	1.390.227,52	10/11/2017	DOE 6561

3º T. Aditivo Contrato 002/2015	72.624.679/0001-09	Prestação de serviços técnicos especializados na área da tecnologia da informação, visando à manutenção corretiva, evolutiva e suporte técnico do SIPLAG	10/11/2018	09/05/2019	676.815,73	395.256,60	1.072.072,33	21/11/2018	DOE 6804
2º T. Aditivo Contrato 001/2014	81.188.542/0001-31	Serviços técnicos de assessoria técnica, no apoio ao gerenciamento, supervisão e assessoria ao Programa Amapá/BNDES-PDRI e PROINVESTE	18/05/2017	17/12/2018	18.136.691,52	5.787.298,20	23.923.989,72	28/09/2017	DOE 6533 DOU 182
6º T. Aditivo Contrato 006/2012	03.044.791/0001-40	Serviços especializados de limpeza e conservação do prédio e dependências da SEPLAN	07/10/2017	06/10/2018	201.390,00	329.611,44	531.001,44	06/10/2017	DOE 6539
001/2018	83.989.570/0001-24	Prestação de serviços e suporte em tecnologia da informação, visando à estruturação do Sistema IPC/SEPLAN.	05.04.2018	04/04/2019	36.000,00	-	36.000,00	10/04/2018	DOE 6656
002/2018	01.021.577/0001-42	Aquisição de material de expediente	18/10/2018	17/10/2019	79.162,00	-	79.162,00	24/10/2018	DOE 6788
001/2018 Emergencial	03.044.791/0001-40	Serviços continuados de limpeza e conservação, jardinagem, copeiragem e serviços de portaria nas dependências da SEPLAN.	08/10/2018	07/04/2019	261.506,88	-	261.506,88	23/11/2018	DOE 6806

FONTE: SIPLAG/UCC/SEPLAN

Quadro 24 – Relação de Convênios

Convênio	Convenientes		Objetivo do Convênio	Prazo de Execução		Valor do Convênio				Publicação	
				Inicial	Final	Período	Inicial	Termo Aditivo	Total	Data	DOE/DOU
001/2014 (1º Termo Aditivo)	G E A	2º CGEO	Gerar a Base Cartográfica Digital Contínua do Estado do Amapá	25/04/2014	25/04/2019	60 meses	16.633.419,00	Alteração Cláusula Nona, Plano de Trabalho e inclusão da Cláusula do Antinepotismo	16.633.419,00	29/11/2016 28/11/2016	DOU 228 DOE 6328
002/2014 (2º Termo Aditivo)	G E A	4º CGEO	Gerar a Base Cartográfica Digital Contínua do Estado do Amapá	28/04/2014	28/04/2019	60 meses	4.894.294,75	Solicitação de um aditivo financeiro de R\$ 1.150.000,00 e permitir readequações de cronograma e natureza da despesa.	6.044.294,75	06/08/2018 08/08/2018	DOU 150 DOE 6737
003/2014 (4º Termo Aditivo)	G E A	IBGE	Restabelecer e densificar as redes Geodésicas no Estado do Amapá, visando apoiar a Política Cartográfica e o Plano Cartográfico do Estado do Amapá.	30/04/2014	30/12/2018	56 meses	2.121.346,00	Adequação da rede geodésica nas áreas de interesse prioritário do Concedente.	2.121.346,00	13/10/2017 20/09/2017	DOU 197 DOE 6527
001/2018	G E A	4º CGEO	Georreferenciamento fundiário do Estado do Amapá	07/01/2019	07/05/2021	28 meses	5.954.000,00	-	5.954.000,00	14/01/2019 07/01/2019	DOU 9 DOE 6834

Fonte: SIPLAG/UCC/SEPLAN

Não houveram convênios pendentes durante a execução orçamentária do exercício de 2018, ressaltando-se instrumentos celebrados em anos anteriores, que estão sendo tratados de forma conjunta com a Controladoria Geral do Estado – CGE. Encontra-se em andamento a implantação de módulo específico no sistema de execução orçamentária e financeira (SIPLAG), para registro inclusive do legado, e desenvolvimento de plano de ação e matriz de risco, que será apresentada ao Controle Externo para tomada de decisão.

Em se tratando de parcerias, a Secretaria de Planejamento celebrou 03 (três) Convênios em 2014, sendo 02 (dois) com o Exército Brasileiro e 01 (um) com o IBGE com recursos do Acordo do Governo do Estado do Amapá e o BNDES, fonte 174, tendo como produto a Base Cartográfica e a Rede Geodésica do Estado.

O Convênio nº 001-2014-SEPLAN/2º CGEO, já encaminhou sua prestação de contas em tempo hábil e aguardando o retorno do processo com a análise e parecer conclusivo da Controladoria Geral do Estado-CGE.

O Convênio nº 003/2014-SEPLAN celebrado com o IBGE teve sua execução encerrada e aguardando o encaminhamento da prestação de contas.

No final do exercício de 2018 foi celebrado mais um convênio com o Exército Brasileiro, sendo na fonte 101, Convênio nº 001/2018-SEPLAN, tendo como finalidade a realização de serviços de georrefenciamento fundiário para viabilizar a efetiva transferência ao domínio do estado de terras anteriormente pertencentes à União, atendendo as condicionantes estabelecidas no Decreto nº 8.713 de 15 de abril de 2016. Este Convênio visa ainda o georreferenciamento de Glebas Estaduais e 2.500 parcelas urbanas e rurais em todo o Estado do Amapá.

DECLARAÇÃO

Eu, Eliete Rodrigues de Oliveira do Rosário, CPF Nº 112.822.232-91, Chefe da Unidade de Contratos e Convênios, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados e vigentes no exercício de 2018 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SIPLAG.

Macapá, 11 de fevereiro de 2019.

Eliete Rodrigues de O. do Rosário
CPF-112 .822.232-91

10.6. Relação de Obras e serviços de engenharia, classificando e identificando:

- a) aqueles em fase de planejamento;
- b) em licitação;
- c) em execução;
- d) paralisados;
- e) concluídos e dentro da garantia prevista no art. 618 do Código Civil

Esta UJ não executa obras de grande porte que ultrapassem os limites de isenção da Lei nº 8.666/93.

10.7. Indicação de sítio eletrônico oficial que estejam hospedadas as relações de licitações, dispensas, inexigibilidade, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres, referido nos itens 10.4 e 10.5, em obediência a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, dispensados os municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes.

Os contratos e outros instrumentos congêneres foram publicados no sítio eletrônico www.sead.ap.gov.br, através do Diário Oficial do Estado, com exceção dos Convênios e Contratos oriundos da fonte 174, publicados também no Diário Oficial da União no sítio www.impresanacional.gov.br.

10.8. Informações sobre a constituição das comissões permanentes e especiais de licitação e suas alterações ao longo do exercício, indicando os respectivos atos constitutivos.

Informamos que esta UJ possui uma Comissão Permanente de Licitação-CPL, designada através das Portarias nºs 037/2017 e 065/2018-SEPLAN (em vigor), sendo responsável pela elaboração e realização dos processos licitatórios desta secretaria. O tempo de vigência da referida comissão será de 01 (um) ano a partir de 01 de junho de 2018.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

11.2. Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG, que as Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 (R1) aprovada pela Resolução CFC (DOU 31/10/14), com as alterações da NBC TSP Estrutura Conceitual (DOU 4/10/16), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

11.3 Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6 (R1) aprovada pela Resolução CFC (DOU de 31/10/14), com as alterações da NBC TSP Estrutura Conceitual (DOU 4/10/16), incluindo as notas explicativas e a qualificação do contador responsável pelas Demonstrações Contábeis, com pelo menos : nome completo, CPF, RG, e-mail, endereço profissional e CRC, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão-SIPLAG.

11.4 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas.

Referente aos subitens: 11.1, 11.2, 11.3 e 11.4, esclarecemos que: em virtude da Lei nº 1.774, de 17 de outubro de 2013 que altera a Lei nº 0811, de fevereiro de 2004, alterada pela Lei nº 1.558, de 09 de setembro de 2012 que transformou a Secretaria da Receita Estadual em Secretaria de Estado da Fazenda, pela incorporação da função do tesouro Estadual, oriunda da Secretaria do Planejamento, Orçamento e Tesouro, onde foram transferidas as funções da Coordenadoria de Contabilidade do Estado.

A Secretaria da Fazenda tem por finalidade planejar, executar, acompanhar e avaliar a política tributária, financeira e contábil do Estado do Amapá, dirigir, superintender, orientar e coordenar as atividades de tributação, arrecadação, fiscalização, controle financeiro e contábil.

Os procedimentos de avaliação e mensuração, registro e divulgação de demonstrações contábeis, são de responsabilidades da Coordenadoria de Contabilidade da SEFAZ, bem como quaisquer procedimentos técnicos de controle contábil e prestação de contas previstos, onde consolida as informações das Demonstrações Contábeis de todas as unidades Orçamentárias com a visão global do resultado.

Esta secretaria não possui o Controle Interno para estabelecer normas referenciais para o suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade às informações da contabilidade.

11.5. Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Esta UJ não dispõe das informações acima, haja vista que pertencem as instituições públicas da administração indireta, sociedade de economia mista e empresa pública.

11.6. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.

Esta UJ não se enquadra neste quesito, considerando que a mesma pertence a administração direta do estado.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Atividades especiais: Promoção do XI Fórum Interestadual de Regularidade

Com a participação de 24 unidades federadas - AP, PA, AC, DF, RO, AM, TO, MA, BA, PI, PB, RN, PE, CE, GO, MT, MS, ES, MG, SP, RJ, PR, RS, SC, o evento é realizado anualmente desde 2012 e foi promovido pelo Grupo Técnico – “GT 14”, que integra o Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN (assessora o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ), responsável pelo acompanhamento das questões fiscais e financeiras de ordem nacional, com impacto nas finanças dos estados federados.

Organizado pela SEPLAN e Grupo Técnico – “GT 14”/GEFIN entre os dias 05 e 06 de junho de 2018, no Museu SACACA, objetivou a troca de experiências bem-sucedidas, entre os Estados, na rotina de monitoramento do Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC (é um Sistema Federal que reúne informações dos Estados, Distrito Federal e municípios sobre o cumprimento de requisitos fiscais), garantindo a Adimplência do Poder Executivo Estadual junto ao governo federal, através do atendimento destes requisitos fiscais e legais, condição necessária para o recebimento de transferências voluntárias de recursos da União e contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais.

O Fórum proporcionou aos Estados melhoria no relacionamento institucional com órgãos federais, fazendo com que fique mais fortalecida e transparente, especialmente através da Coordenadoria de Monitoramento da Regularidade do Estado – CMRE/SEPLAN.

Com palestrantes da RFB, PGFN, MPOG, CEF, STN, além de representantes dos Estados, abrangeu os seguintes painéis:

- Compensação Tributária: ganhos com a alteração da base de cálculo do PASEP
- E-Social para a administração pública
- Amapá: do Território à dependência econômica da União
- Regularidade Fiscal: Certidões e CADIN
- CADIN e Atendimento Institucional
- Transferências Voluntárias da União: Portaria nº 424/2016 e IN nº 02/2018
- Internalização do Marco Regulatório pela Mandatária Caixa Econômica Federal – CEF
- NOVO CAUC.

13. ANÁLISE CRÍTICA, DESTACANDO PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS, DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS.

Na visão da Coordenação de Planejamento da SEPLAN, como **pontos positivos** relacionados ao monitoramento e avaliação das políticas públicas, observamos:

- a) Os indicadores de resultados de programas das áreas da Educação, Saúde e Segurança

Pública, apurados, nota-se que estão na média dos indicadores das respectivas áreas de outros estados da federação;

- b) Vislumbram-se boas perspectivas para a elaboração do próximo PPA, pois o atual, dispõem de informações, principalmente relacionadas a indicadores, que servirão de base para o estabelecimento das grandes metas prioritárias do Governo.

Pontos Negativos:

- c) Os indicadores relacionados ao Setor Produtivo do Estado necessitam melhorar bastante, como forma de uma participação mais significativa do referido setor, na composição do PIB estadual;
- d) Os indicadores do Eixo da Infraestrutura estão em fase de apuração, mas com resultados não satisfatórios;
- e) Quanto aos indicadores do Eixo da Gestão e Finanças, também sendo apurados, demonstram a necessidade de redução de gastos, principalmente na manutenção administrativa dos Órgãos, assim como também na folha de pagamento. Nesse assunto, o Governo vem tomando providências, com a emissão de decretos tratando da redução desses gastos.

14 – INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DESTACANDO A POLÍTICA DE LIBERAÇÃO DE COTAS ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A política de execução orçamentária do Governo do Estado do Amapá, com destaque para a liberação de cotas orçamentárias, referente ao exercício de 2018 teve amparo legal no Decreto nº 0047, de 10 de janeiro de 2018, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2018 e dá outras providências.

”Art. 2º- A liberação das cotas orçamentárias dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, serão fixadas mensalmente pela Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN, via Sistema Integrado de Planejamento e Gestão - SIPLAG, de acordo com o comportamento da receita e disponibilidade financeira informada pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, cuja distribuição das cotas orçamentárias será efetuada conforme o Formulário de cota orçamentária em anexo deste Decreto”

§1º. A liberação das cotas orçamentárias não se aplica aos recursos das fontes da Cota-Parte de Contribuições e Intervenção Econômica

– CIDE (fonte 121), Transferências do Salário Educação – TSE (fonte 102), Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP (fonte 109), Transferências de Convênios (fontes 103, 124 e 203), Operações de Crédito Interna e Externa (fontes 173, 174 e 175), Recursos do SUS (fontes 216 e 223), Recursos do Fundo a Fundo (fontes 118 e 217) e Recursos Diretamente Arrecadados (fontes 240, 271 e 272) e serão liberadas, após a confirmação da disponibilidade financeira, mediante solicitação das unidades à SEPLAN.

§ 2º. As anulações das cotas orçamentárias liberadas de uma natureza de despesa para outra, serão efetuadas, no Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão - SIPLAG, pelo responsável da execução orçamentária dos Órgãos da Administração Direta e Indireta;

§ 3º. A liberação de que trata este artigo está condicionada à regularização das despesas relativas a 2017, iniciando-se com a emissão das programações de desembolso (PD) relativas aos restos a pagar de acordo com a ordem cronológica vigente no dia 29/12/2017, conforme a Instrução Normativa nº 001/2016.

“Art. 3º- Fica contingenciado o Orçamento dos órgãos do Poder Executivo Estadual em 20% (vinte pontos percentuais) do total de dotação dos recursos ordinários”.

§ 1º Excetua-se do “caput” deste artigo, as despesas com:

- I – pessoal e encargos sociais, bem como despesas com precatórios judiciais;
- II – Contribuição para o PASEP;
- III – amortização e encargos da dívida estadual;
- IV – transferências constitucionais aos municípios.
- V - as despesas contratadas com a prestações de serviços terceirizados;
- VI – despesas com programas sociais;
- VII – despesas do setor educação, saúde, segurança pública e controle interno.

§ 2º A liberação dos incisos V e VI, do § 1º, fica condicionada à análise conjunta da SEPLAN e da SEFAZ, mediante justificativa dos Gestores.

§ 3º As solicitações de descontingenciamento de cotas orçamentárias serão objeto de análise e aprovação pela SEPLAN e SEFAZ, e posterior encaminhamento a Controladoria Geral do Estado – CGE, para conhecimento.

15. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ESCLARECENDO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA REDUZIR OS IMPACTOS NAS CONTAS ESTADUAIS.

No exercício de 2018 não houve ingresso de novos recursos do contrato com o BNDES. Não obstante, foram executadas e pagas, com saldos remanescentes dos últimos desembolsos, no valor de R\$ 35.236.371,11 as obras abaixo relacionadas:

1. Obras de mobilidade urbana e elaboração de projeto executivo de engenharia, compreendendo terraplanagem, pavimentação, drenagem, ciclovia e sinalização de ruas e avenidas de Macapá, Santana e Laranjal do Jari. (85%)
2. Construção da Unidade de Pronto Atendimento UPA - Laranjal do Jari (1,0%)
3. Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa (3,12%)

4. Construção do Centro de Ensino Profissional de Música Walquíria Lima (3,65%)
5. Construção de 500 metros de Muro de Arrimo na Orla do Oiapoque. (5,41%)
6. Construção de Muro de Arrimo em Concreto para Orla dos Bairros Aturiá/Araxá (1,57%)
7. Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar - Porto Grande (0,25%)

Adicione-se ainda o esforço da SEPLAN para reduzir os impactos das operações de créditos nas contas estaduais, através da atuação para incluir a CAESA e CEA no Programa de Parcerias para Investimentos – PPI, atualmente coordenado pelo BNDES. Iniciativas vitais para a sustentabilidade das contas públicas estaduais e subsequente melhoria do atendimento à população.

16. AÇÕES PROMOVIDAS PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO, RACIONALIZAÇÃO DOS GASTOS E MONITORAMENTO DA REGULARIDADE DO ESTADO.

- Modernizou a Estrutura Organizacional da Junta Comercial do Estado do Amapá – JUCAP, que resultou na publicação da Lei nº 2.297 de 06/04/2018.
- Modernizou a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Administração - SEAD, que resultou na publicação da Lei nº 2.312 de 09/04/2018.
- Criou o Centro de Reabilitação do Estado do Amapá-CREAP, através da Lei nº 2.211 de 14/07/2017.
- Modernizou a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado da Saúde através da Lei nº 2.212 de 14/07/2017.
- Extinguiu o Laboratório Central de Saúde Pública através da Lei nº 2.209 de 14/07/2017 e criou a Superintendência de Vigilância em Saúde do Estado do Amapá-SVS através da Lei nº 2.210 de 14/07/2017.
- Alterou a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação através da lei nº 2.257 de 05/12/2017.

Quanto ao Monitoramento da Regularidade do Estado, esta CMRE adotou como estratégia de trabalho diversas ações que melhorar a situação de regularidade do Estado, conforme abaixo:

- Implantação do Módulo Convênios dentro do SIPLAG: Governo enquanto Conveniente (relação estabelecida entre Estado e União) e Governo enquanto Concedente (relação estabelecida entre Estado e Municípios/Organizações da Sociedade Civil).
- Discussão do Regramento/Normalização do Módulo de Convênios entre: SEPLAN, SEFAZ, PGE, CGE, SDC e PRODAP.
- Elaboração de Minuta de Decreto para Monitoramento de Convênios Federais executados no âmbito das instituições da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.
- Elaboração Minuta do Decreto para Monitoramento da Regularidade Fiscal das instituições pertencentes ao Poder Executivo Estadual.

- Monitoramento de 193 regularidades das certidões (CRF/FGTS; Tributária e Previdenciária e CRP) do Poder Executivo e Demais Poderes, com respectivos apontamentos das inconformidades e forma de regularização.
- Assessoramento aos órgãos da administração direta e indireta referente ao cumprimento dos prazos e lançamento de informações no Sistema Receita Federal do Brasil – RFB referentes à Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF.
- Assessoramento aos órgãos pertencentes ao Poder Executivo (administração direta e indireta) quanto a elaboração/inclusão da prestação de contas de convênios federais no SICONV.
- Monitoramento da situação de regularidade de 173 convênios federais vigentes executados no âmbito do Poder Executivo.

17. ESTATÍSTICAS E INDICADORES QUE DEMONSTREM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAPÁ.

- **O anuário estatístico** com informações relevantes dos mais diversos setores da administração pública (economia, sociedade, meio ambiente, território, geografia, transporte, infraestrutura, educação, saúde, trânsito, finanças públicas e mercado de trabalho), tendo como base fontes de informações e séries históricas disponibilizadas pelos mais diversos órgãos do estado do Amapá.
- **IPC Macapá** é um produto que tem como base o acompanhamento da variação de preços mensais de serviços e produtos ofertados na capital do Estado. Informações que geram indicadores mensalmente, contendo as variações do IPC, IPCA, Cesta Básica Oficial e Cesta Básica Regional. Cada tópico aborda variáveis que compõem a pesquisa, demonstrando de forma numérica e resumida a perda ou ganho do consumidor na aquisição de determinados produtos e serviços vendidos/prestados no mercado amapaense.
- **PIB Regional e Municipal** é um indicador que representa a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos. A coordenadoria tem responsabilidade de calcular o PIB do Estado, seguindo a metodologia do IBGE, servindo assim como fonte de orientação a gestores públicos e de informação para estudantes, aberta para pesquisa ao público em geral com interesse na produção regional e suas riquezas.
- **Projeto gerador da base cartográfica digital contínua e Adensamento da rede Geodésica do Estado do Amapá**, tem como objetivo elaborar as especificações técnicas, contratar e fiscalizar o fornecimento de imagens de sensor SAR, para obtenção de modelos digitais, gerar imagens MDS, MDT, realizando aquisição de feições geográficas, oferecendo uma carta geográfica com bastante acurácia nas informações geográficas entre outros. A COPESEF tem a responsabilidade de fiscalizar o desempenho das atividades e produtos entregues (relatórios), sendo o mesmo executado pelo Exército Brasileiro e IBGE visando apoiar a política cartográfica do Estado do Amapá. O projeto encontra-se na fase final de reambulação, manutenção de equipamentos e execução de serviços de gabinete.
- **Análises Conjunturais Econômicas**, a publicação pertencente a SEPLAN, a COPESEF apresenta os principais indicadores estatísticas em diversos setores, que servem de fonte de análise e monitoramento do PPA de 2016 a 2019.

- **Indicadores Socioeconômicos**, publicado a cada dois anos, tendo como base a confecção de dados estatísticos do Estado do Amapá em diversos setores da economia e sociedade. Disponibilizado na página da SEPLAN.
- **Estatística dos Municípios**, informativo estatístico contendo dados econômicos e sociais, enfatizando diretamente a potencialidade de cada município do Estado do Amapá, contendo indicadores que auxiliam na tomada de decisões de gestores públicos.
- **Cálculo de ICMS**, tendo como princípio analisar as variáveis que compõem o mercado, dessa forma chegando à formulação de cálculo de imposto, que incide sobre a circulação de produtos e mercadorias, dando assim base para o planejamento das ações referentes à arrecadação Estadual, dados estes coletados a nível Estadual e Municipal, onde utilizamos o cálculo de 25% da arrecadação para fazer o real levantamento de participação entre os 16 municípios do Estado, incentivando assim a política de investimento do Governo do Estado em diferentes setores da economia e sociedade.
- **Indicadores PPA**, os mesmos retratam a indicação de pontos importantes dentro do PPA, servindo como base para o monitoramento e acompanhamento da execução do PPA, tendo como base os programas que reúnem um conjunto de ações orientadas, onde os dados expostos são analisados e reformulados de forma técnica, objetivando o melhor planejamento estratégico das ações de Governo.
- **Divulgação de trabalhos no site da SEPLAN**, objetivando dar acesso a informações, inerentes as atividades desta COPESEF, como: Anuário Estatístico, Índice de preço ao consumidor, Produto interno bruto, Análise conjunturais econômicas, Indicadores socioeconômicos, Estatística dos municípios e indicadores do PPA, todos os produtos desta COPESEF são disponibilizados na página da SEPLAN: www.seplan.ap.gov.br, na aba Estatística do Estado.

18. INFORMAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS PODERES E ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO; INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE: FASES DE IMPLEMENTAÇÃO, MEDIDAS PARA RESGUARDAR A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E A INDEPENDÊNCIA DOS PODERES; ATENDIMENTO DO PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE (Decreto Federal (7.185/2010).

1. Considerando o contido no Processo nº 28810.00103/2018-SEPLAN, com destaque para Ofício nº 1057/2018/SEPLAN, deliberação do Conselho Estadual de Gestão Fiscal – CEGF em 14/08/18 e subsequente parecer técnico conclusivo, foi elaborada versão ajustada do termo de referência para solução tecnológica Unificada de Gestão de Planejamento, Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil, em observância ao art. 48, §6º, da LRF.
2. O termo é resultado dos estudos realizados pela equipe técnica do CEGF durante o exercício de 2018 (documentos e informações disponíveis através do endereço: seplan.ap.gov.br), do qual decorreu instauração de processo de contratação (Memo. 59/2018/SEPLAN, 07/11/18 / Processo

SIGA nº 00003/SEPLAN/2019), e sobre o qual houve análise preliminar da PGE (despacho nº 034/2019 - PLCC/PGE), e manifestação do PRODAP (Parecer Técnico nº 003/2019 - GESIST).

3. Em 2018, iniciou-se ainda a discussão para a implantação de uma estratégia voltada para a implantação do Governo Digital, em parceria com o PRODAP, para ampliação de serviços e atividades de forma otimizada através da utilização das TICs, garantindo maior segurança, integração, transparência e economicidade para a Administração Pública do GEA.

Resultados e Conclusões

A Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, como Órgão Central do Sistema de Planejamento do Governo, vem cumprindo sua missão institucional, apesar de alguns entraves externos, que não estão ao seu alcance para ultrapassá-los.

Um desses entraves enfrentados foi o contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, adotados nos últimos quatros, que comprometeu o cumprimento na sua totalidade em termos de programas e ações (atividades ou projetos) sob a responsabilidade desta Unidade Jurisdicionada.

Mesmo com essas dificuldades, esta Unidade não deixou de cumprir os prazos constitucionais, na elaboração e envio a Assembleia Legislativa de alguns produtos de grande importância para o desenvolvimento do Estado, com, as mensagens de governo, os Planos de curto e médio prazos – Plano Plurianual PPA e Plano Anual de Trabalho – PAT, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual - LOA, Relatórios de Gestão, de Avaliação, Anuários Estatísticos, entre outros produtos de igual importância.

Cabe ressaltar também, o aperfeiçoamento e a adesão da maioria dos Órgãos de Governo ao processo de acompanhamento de programas e ações governamentais no SIPLAG, à distância, por intermédio de gerentes de programas e de ações vinculados a esses Órgãos.

Essa atividade de suma importância para a transparência da ação governamental, permitiu desde o segundo semestre de 2017, a aferição dos indicadores de programas das grandes áreas sociais do Governo: Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública.

A Carta de Georreferenciamento voltada para informações estatísticas e econômicas, entregue no final de dezembro de 2018, também representa um marco na história da missão institucional da SEPLAN, cujo documento, irá nortear toda a tomada de decisão futura, seja por investimentos públicos ou privados, em prol do desenvolvimento do Estado.

No exercício de 2019, dar-se-á continuidade bem como aperfeiçoamento, na elaboração de produtos da instituição, especialmente por conta do próximo PPA, com a interação à distância dos Órgãos de Governo, como por exemplo, a solicitação de cotas orçamentárias para empenhamento em tempo real no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão do Governo do Amapá – SIPLAG, e a aquisição de uma nova ferramenta, mais moderna para dar suporte ao Sistema de Planejamento do Governo, além de outros projetos inseridos na estratégia voltada para o Governo Digital.

 SEPLAN SETOR DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
CÓDIGO DE LOCALIZAÇÃO 0400 -SEPLAN			DEMONINAÇA DA LOCALIZAÇÃO : INFORMÁTICA- ANO 2018			
			RESP. TARABEY GOMES BRITO			
ITEM	Nota Fiscal	Tomba mento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		2199	C P U HD 700	1	1	
2		1489	C P U HD 700	1	1	
3		1457	C P U HD 800	1	1	
4		1458	C P U HD 800	1	1	
5		1444	C P U HD 800	1	1	
6		1460	C P U HD 800	1	1	
7		2190	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
8		1916	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
9		1456	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
10		1455	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
11		2164	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
12		1459	MONITORES HP DE 21.5 POLEGADAS	1	1	
13		1498	NOBREAK 1200 VA	1	1	
14		2221	NOBREAK 1200 VA	1	1	
15		2238	NOBREAK 1200 VA	1	1	
16		2213	NOBREAK 1200 VA	1	1	
17		1442	NOBREAK 600 VA	1	1	
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						
OBS: EM USO.			EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação	
			1 - Em Uso (ativo permanente) 2 – Recuperável 3 – Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 – Fab. Própria 6 - Transf. Extinção		
Data : ____ / ____ / 2018						
RESP. TI - INFORMÁTICA - SEPLAN			RESP. MATERIAL E PATRIMONIO - SEPLAN			
 SEPLAN SETOR DE PATRIMONIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO			
			INVENTARIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
CÓDIGO DE LOCALIZAÇÃO 0400 -SEPLAN			DEMONINAÇA DA LOCALIZAÇÃO : MATERIAL E PATRIMONIO- ANO 2018			
			RESP. JOSE LAMARQUE LOPES MELAO			
ITEM	Nota Fiscal	Tomba mento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$

1		2203	CPU	1	1	
2		2218	MONITOR	1	1	
3		2002	NOBREAK	1	1	
4		0488	CPU	1	1	
5		2248	MONITOR	1	1	
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 – Recuperável 3 – Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 – Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 – Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 – Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
RESP. MATERIAL E PATRIMONIO - SEPLAN		GERENTE DO NAF	

EC - Estado de Conservação

FA - Forma de Aquisição

[illegible]

- 1 - Em Uso (ativo permanente)
- 2 – Recuperável
- 3 – Inservível
- 4 - Ocioso
- 5 - Antieconômico
- 6 - Obsoletos
- 7 – Excedentes

1 - Compra
2 - Permuta
3 - Cessão
4 - Doação
5 - Fab. Própria
6 - Transf. Extinção
7 - Concessão

--	--

RESP. MATERIAL E PATRIMONIO - SEPLAN	GERENTE DO NAF

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 -SEPLAN			DENOMINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : COPESEF - ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tomba mento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1471	C P U HP 700	1	1	
2		1481	C P U HP 700	1	1	
3		1466	C P U HP 700	1	1	

**SEPLAN
DIVISÃO DE
PATRIMÔNIO**

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK

0400 -SEPLANDENOMINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : COPESEF - ANO 2018

ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1471	C P U HP 700	1	1	
2		1481	C P U HP 700	1	1	
3		1466	C P U HP 700	1	1	

4		1479	C P U HP 700	1	1	
5		1482	C P U HP 700	1	1	
6		1470	C P U HP 700	1	1	
7		2165	MONITOR 21.5	1	1	
8		2167	MONITOR 21.5	1	1	
9		2061	MONITOR 21.5	1	1	
10		2172	MONITOR 21.5	1	1	
11		2052	MONITOR 21.5	1	1	
12		2051	MONITOR 21.5	1	1	
13		1491	NOBREAK 600 VA	1	1	
14		2023	NOBREAK 600 VA	1	1	
15		1497	NOBREAK 1200 VA	1	1	
16		2187	NOBREAK 1200 VA	1	1	
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						

TOTAL

OBS: EM USO

EC - Estado de Conservação

FA - Forma de Aquisição

Observação

1 - Em Uso (ativo permanente)
2 - Recuperável
3 - Inservível
4 - Ocioso
5 - Antieconômico
6 - Obsoletos
7 - Excedentes

1 - Compra
2 - Permuta
3 - Cessão
4 - Doação
5 - Fab. Própria
6 - Transf. Extinção
7 - Concessão

Data : ____/ ____/ 2018

ONEIDE DA CRUZ PINHEIRO - COODENADORA	RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO

	SEPLAN	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
		INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK / ANO 2018

0400 - SEPLAN	DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : COORD. DE MONITORAMENTO - CMRE
----------------------	--

ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1488	C P U HP 700	1	1	
2		1487	C P U HP 700	1	1	
3		1486	C P U HP 700	1	1	
4		2059	MONITOR 21.5	1	1	
5		2244	MONITOR 21.5	1	1	
6		2188	MONITOR 21.5	1	1	
7		1493	NOBREAK 1200 VA	1	1	
8		1485	NOBREAK 1200 VA	1	1	
9						
10						
11						

12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						

TOTAL

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	

Data : ____/ ____/ 2018

--	--

JACILENE MELO NOGUEIRA	RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO
------------------------	-----------------------------

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
		INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK

0400 - SEPLAN	DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : ADINSANO 2018
---------------	--

ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		2235	C P U HP 700	1	1	
2		1987	C P U HP 700	1	1	
3		2227	MONITOR HP 21.5	1	1	
4		2163	MONITOR HP 21.5	1	1	
5		2039	NOBREAK 1200 VA	1	1	
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						

20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
MARILENE DO COUTO DIAS		RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO	

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
0400 - SEPLAN			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : C. G O / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1467	C P U HP 700	1	1	
2		2060	MONITOR HP 21.5	1	1	
3		2189	NOBREAK 1200 VA	1	1	
4		1438	CPU HP 700	1	1	
5		2229	MONITOR HP 21.5	1	1	
6		2035	NOBREAK 1200 VA	1	1	
7		1435	CPU HP 700	1	1	
8		2211	MONITOR HP 21.5	1	1	
9		2032	NOBREAK 1200 VA	1	1	
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						

25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
ANTONIA NASCIMENTO DA SILVA		RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO	

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINHAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : C. P . L / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1443	C P U HP 700	1	1	
2		2063	MONITOR HP 21.5	1	1	
3		2039	NOBREAK 600 VA	1	1	
4		2212	CPU	1	1	
5		2180	MONITOR HP 21.5	1	1	
6		2042	NOBREAK 600 VA	1	1	
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
ELIVALDO CASSIO DOS S RIBEIRO		RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO	

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
0400 - SEPLAN			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : SIPLAG / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1480	C P U HP 700	1	1	
2		2053	MONITOR HP 21.5	1	1	
3		2031	NOBREAK 600 VA	1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável	1 - Compra 2 - Permuta	

	3 – Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 – Excedentes	3 - Cessão 4 - Doação 5 – Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 – Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
SILENO SILVA DOS SANTOS		RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO	

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : SETOR DE PESSOAL / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1437	C P U HP 700	1	1	
2		1430	MONITOR HP 21.5	1	1	
3		2197	NOBREAK 1 200 VA	1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						
OBS: EM USO			EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação	
			1 - Em Uso (ativo permanente) 2 – Recuperável 3 – Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 – Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 – Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 – Concessão		
Data : ____/ ____/ 2018						

RAIMUNDO DA SILVA COUTINHO	RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : COPLAN / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		2244	C P U HP 700	1	1	
2		2186	MONITOR HP 21.5	1	1	
3		1496	NOBREAK 1200 VA	1	1	
4		1999	C P U HP 700	1	1	
5		2240	MONITOR HP 21.5	1	1	
6		1473	C P U HP 700	1	1	
7		1452	MONITOR HP 21.5	1	1	
8		1490	NOBREAK 1200 VA	1	1	
9		1468	C P U HP 700	1	1	
10		2055	MONITOR HP 21.5	1	1	
11		1465	C P U HP 700	1	1	
12		2162	MONITOR HP 21.5	1	1	
13		1910	NOBREAK 600 VA	1	1	
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						
OBS: EM USO			EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação	
			1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão		
Data : ____ / ____ / 2018						
ALBERTO JORGE DE OLIVEIRA			RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO			

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : C. M. G / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1475	C P U HD 700	1	1	
2		1483	C P U HD 700	1	1	
3		1485	C P U HD 700	1	1	
4		2017	C P U HD 700	1	1	
5		6121	MONITOR HD 21.5	1	1	
6		1451	MONITOR HD 21.5	1	1	
7		2185	MONITOR HD 21.5	1	1	
8		2166	MONITOR HD 21.5	1	1	
9		2025	NOBREAK 600 VA	1	1	
10		2048	NOBREAK 600 VA	1	1	
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
SOLAINE NAZARE LEITE SUSSUARANA		RESP. MATERIAL E PATRIMONIO	

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			

0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : NEGEP ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		2205	C P U HD 700	1	1	
2		1463	C P U HD 700	1	1	
3		2177	MONITOR HD 21.5	1	1	
4		2187	MONITOR HD 21.5	1	1	
5		2225	NOBREAK 600 VA	1	1	
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
OTAVIO AUGUSTO M DA FONSECA / SEC ADJUNTO		RESP. MATERIAL E PATRIMÔNIO	

	SEPLAN	GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ				
	DIVISÃO DE PATRIMÔNIO	SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO				
		INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK				
0400 - SEPLAN		DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : MATERIAL E PATRIMONIO / 2018				
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		2203	CPU	1	1	

2		2218	MONITOR	1	1	
3		2002	NOBREAK	1	1	
4		2248	MONITOR			
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/____/ 2018			
JOSE LAMARQUE LOPES MELAO			

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
0400 - SEPLAN			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : GECAP / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1472	C P U HD 700	1	1	
2		2184	MONITOR HD 21.5	1	1	
3		1940	NOBREAK 600 VA	1	1	
4						
5						
6						

7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						

TOTAL

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	

Data : ____ / ____ / 2018

MARILENE DOS SANTOS NASCIMENTO	JOSE LAMARQUE LOPES MELAO

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
	0400 - SEPLAN		INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : GABINETE / SECRETÁRIO / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1931	C P U HD 800	1	1	
2		2178	MONITOR HD 21.5	1	1	
3		2057	MONITOR HD 21.5	1	1	
4		2013	NOBREAK 600 VA	1	1	
5		1436	CPU	1	1	
6		2168	MONITOR HD 21.5	1	1	
7		2193	NOBREAK 600 VA	1	1	
8						
9						
10						
11						

12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						

TOTAL

OBS: EM USO

EC - Estado de Conservação

FA - Forma de Aquisição

Observação

1 - Em Uso (ativo permanente)
2 - Recuperável
3 - Inservível
4 - Ocioso
5 - Antieconômico
6 - Obsoletos
7 - Excedentes

1 - Compra
2 - Permuta
3 - Cessão
4 - Doação
5 - Fab. Própria
6 - Transf. Extinção
7 - Concessão

Data : ____/ ____/ 2018

EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETARIO	JOSE LAMARQUE LOPES MELAO

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
	0400 - SEPLAN		DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : NAF / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	EC	FA	VALOR UNIT. R\$
1		1478	CPU	1	1	
2		2175	MONITOR	1	1	
3		2015	NOBREAK	1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						

18						
19						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						
OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação		FA - Forma de Aquisição		Observação	
	1 - Em Uso (ativo permanente) 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes		1 - Compra 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão			
Data : ____/ ____/ 2018						
EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETÁRIO			JOSE LAMARQUE LOPES MELAO			

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
	0400 - SEPLAN		DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : PROTOCOLO / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1464	CPU	1	1	
2		2048	MONITOR	1	1	
3		2001	NOBREAK	1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						

25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETÁRIO		JOSE LAMARQUE LOPES MELAO	

 SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO			GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : FINANCEIRO / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1484	CPU	1	1	
2		1429	MONITOR	1	1	
3		2009	NOBREAK	1	1	
4		1469	CPU	1	1	
5		2233	MONITOR	1	1	
6		2021	NOBREAK	1	1	
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETARIO		JOSE LAMARQUE LOPES MELAO	

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
0400 - SEPLAN			DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : TRANSPORTES / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1		1900	CPU	1	1	
2		2049	MONITOR	1	1	
3		2007	NOBREAK	1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
16						
17						
18						
19						
20						
21						
22						
23						
24						
25						
26						
27						
28						
TOTAL						
OBS: EM USO			EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição		Observação
			1 - Em Uso (ativo permanente) 2 – Recuperável 3 – Inservível	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão		

Data : ____/ ____/ 2018	4 - Ocioso	4 - Doação	
	5 - Antieconômico	5 - Fab. Própria	
	6 - Obsoletos	6 - Transf. Extinção	
	7 - Excedentes	7 - Concessão	
EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETARIO		JOSE LAMARQUE LOPES MELAO	

	SEPLAN DIVISÃO DE PATRIMÔNIO		GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO			
			INVENTÁRIO COMPUTADORES / MONITORES / NOBREAK			
	0400 - SEPLAN		DEMONINAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO : TERRA LEGAL / ANO 2018			
ITEM	Nota Fiscal	Tombamento	DISCRIMINAÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	E C	F A	VALOR UNIT. R\$
1				1	1	
2				1	1	
3				1	1	
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						
TOTAL						

OBS: EM USO	EC - Estado de Conservação	FA - Forma de Aquisição	Observação
	1 - Em Uso (ativo permanente) 2 - Recuperável 3 - Inservível 4 - Ocioso 5 - Antieconômico 6 - Obsoletos 7 - Excedentes	1 - Compra 2 - Permuta 3 - Cessão 4 - Doação 5 - Fab. Própria 6 - Transf. Extinção 7 - Concessão	
Data : ____/ ____/ 2018			
EDUARDO CORREIA TAVARES / SECRETARIO		JOSE LAMARQUE LOPES MELAO	